



**JHSF PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ/MF nº 08.294.224/0001-65

NIRE JUCESP 35.300.333.578

Companhia Aberta

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA**

**A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2017**

Senhores Acionistas,

Em atendimento à Instrução CVM nº 481/2009, com as alterações introduzidas pelas Instruções CVM nºs 552/14, 561/15, 565/15 e 567/15, a Administração da JHSF PARTICIPAÇÕES S.A. (a “Companhia”) apresenta a Vossas Senhorias a Proposta da Administração referente às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 28 de Abril de 2017, que acontecerá na Companhia, localizada na Avenida Magalhães de Castro, nº 4800, 27º andar, na Cidade e Estado de São Paulo, Brasil.

Atenciosamente,

A Administração da JHSF Participações S.A.



## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA

### A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2017

**ITEM 1 DA ORDEM DO DIA: tomar as contas dos Administradores e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.**

Proposta da Administração: a Administração da Companhia recomenda a aprovação sem ressalvas das contas dos Administradores e das demonstrações financeiras e balanço patrimonial da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, os quais já foram aprovados pelo Conselho de Administração. Os comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, foram disponibilizados no *site* da Companhia ([ri.jhsf.com.br](http://ri.jhsf.com.br)) e da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), seguindo também anexos à presente proposta. As informações complementares que dependem das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, serão apresentadas imediatamente após seu respectivo arquivamento, cuja data prevista no Calendário de Eventos da Companhia é 30 de março de 2017.

**ITEM 2 DA ORDEM DO DIA: deliberar sobre o Orçamento de Capital da Companhia.**

A proposta de Orçamento de Capital do ano de 2017, conforme estabelece a legislação societária vigente, está abaixo apresentada:

#### Proposta para Orçamento de Capital 2017

<b>Pagamento de Dívidas (R\$'000)</b>	<b>(R\$'000)</b>
Banco do Brasil	172.464
Bradesco	53.918
4ª Debênture	84.480
<b>Total para Amortizações (1)</b>	<b>310.862</b>
<b>Plano de Investimento (Capex)</b>	
Renda Recorrente	27.950
Hotéis e Restaurantes	1.819
Aeroporto	37.376
Outros	91
<b>Total do Capex (2)</b>	<b>67.236</b>
<b>Total do Orçamento de Capital (1) + (2)</b>	<b>378.098</b>



A Administração recomenda que o Orçamento de Capital da Companhia seja de R\$378,1 milhões, composto: (i) pelo pagamento de obrigações financeiras contraídas junto a bancos e debenturistas, e (ii) para fins de investimento nas divisões de negócios em que a Companhia e suas controladas operam, destacadamente na Renda Recorrente e no Aeroporto.

Como fontes para o Orçamento de Capital aqui proposto, a Administração apresenta o quadro abaixo:

**Fontes para Orçamento de Capital 2017**

	(R\$'000)
Lucros Realizados e Resultado do Exercício	212.224
Disponibilidade de Caixa e Fluxo Operacional	165.874
<b>Total das Fontes para Orçamento de Capital</b>	<b>378.098</b>

**ITEM 3 DA ORDEM DO DIA: deliberar sobre a proposta da Administração relativa ao resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.**

Proposta da Administração: Em decorrência do prejuízo contábil apurado em 2016 e do Orçamento de Capital para o exercício de 2017 (item 2 da Ordem do Dia) e da realização contábil da Reserva de Lucros a Realizar, a Administração propõe que o resultado seja destinado ao financiamento do Orçamento de Capital.

	R\$
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	(259.193,00)
<i>Destinações:</i>	
<i>Reserva Legal 5%</i>	-
<i>Reserva de Retenção de Lucros</i>	(259.193,00)
<i>À lucros a realizar (Valor Justo)</i>	471.417,07
<i>À retenção de lucros (ex Valor Justo)</i>	212.224,07
Dividendos Mínimos Obrigatórios	53.056,12
Retenção para Orçamento de Capital	0,00

As informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, estão disponíveis para consulta dos Acionistas, anexos à presente Proposta.

**ITEM 4 DA ORDEM DO DIA: deliberar sobre dividendos.**

Proposta da Administração: A Administração da Companhia propõe a retenção do Lucro Realizado, líquido do Resultado do Exercício, com base no Artigo 196 da Lei 6.404/76, com a finalidade de utilização como fonte para Orçamento de Capital para 2017, na forma do item 2 da Ordem do Dia.



**ITEM 5 DA ORDEM DO DIA: eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia para mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária.**

Proposta da Administração: A Administração da Companhia e seus acionistas controladores apoiam a reeleição dos atuais membros do Conselho de Administração, os Srs. José Auriemo Neto, Eduardo Silveira Camara, Thiago Alonso de Oliveira, Richard Barzciski, Luiz Gonzaga de Melo Belluzo, Carlos Eduardo Andreoni Ambrósio e Oswaldo Roberto Nieto – sendo, os três últimos, membros independentes.

Os Conselheiros que forem eleitos permanecerão no cargo até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2018.

Em conforme com o item 18.b. do Formulário de Referência, os Conselheiros eleitos formalizarão, quando da assinatura do termo de posse, declaração de que, durante os últimos cinco anos, não tiveram:

- i. Qualquer condenação criminal;
- ii. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM;
- iii. Qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Para os fins do artigo 10 da Instrução CVM nº 481/2009, são apresentadas abaixo as informações constantes dos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência:

**12.5 / 7 Composição e experiência profissional dos Administradores:  
Conselho de Administração<sup>1</sup> e Diretoria Estatutária:**

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF ou Passaporte	Órgão Administração	Cargo eletivo ocupado	Data de eleição	Data da posse (prevista)	Prazo de mandato	Outros cargos exercidos no emissor	Eleito pelo controlador	Mandatos	Informar se é Membro Independente
José Auriemo Neto	30/04/1976	Empresário	256.393.178-92	Pertence apenas ao Conselho de Administração	Presidente	28/04/2017	28/04/2017	AGO 2018	Diretor de Controlada e Membro do Conselho de Administração de Controlada	Sim	10	Não
Carlos Eduardo Andreoni Ambrósio	07/03/1966	Administrador de Empresas	116.393.148-90	Pertence apenas ao Conselho de Administração	Membro Efetivo	28/04/2017	28/04/2017	AGO 2018	-	Sim	6	Sim
Oswaldo Roberto Nieto	27/12/1950	Contador	703.427.418-53	Pertence apenas ao Conselho de Administração	Membro Efetivo	28/04/2017	28/04/2017	AGO 2018	Membro do Comitê de Auditoria Estatutário	Sim	1	Sim
Luiz Gonzaga de Melo Belluzo	29/10/1942	Economista	024.419.008-97	Pertence apenas ao Conselho de Administração	Membro Efetivo	28/04/2017	28/04/2017	AGO 2018	-	Sim	10	Sim
Richard Barzcinski	03/11/1953	Engenheiro	403.262.927-72	Pertence apenas ao Conselho de Administração	Membro Efetivo	28/04/2017	28/04/2017	AGO 2018	-	Sim	8	Não
Eduardo Silveira Camara	03/03/1952	Administrador de Empresas	356.551.608-97	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	Membro Efetivo	28/04/2017	28/04/2017	Conselho: AGO 2018	Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração de Controlada	Sim	8	Não
					Diretor Presidente	Diretoria: 28/04/2014	Diretoria: 01/05/2014	Diretoria: 3 anos			1	-
Thiago Alonso de Oliveira	20/05/1971	Advogado	165.902.078-60	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	Membro Efetivo	28/04/2017	28/04/2017	Conselho: AGO 2018	Diretor Financeiro e de RI e Administrador de Controlada	Sim	1	Não
					Diretor Financeiro	27/02/2015	02/03/2015	3 anos			0	-
João Alves Meira Neto	12/02/1963	Advogado	094.643.938-90	Pertence apenas à Diretoria	Diretor Jurídico	29/03/2017	01/04/2017	3 anos	-	Sim	0	-
Wilmar Silva Rodriguez	06/06/1963	Economista	888.042.757-15	Pertence apenas à Diretoria	Diretor Vice Presidente	13/11/2014	13/11/2014	3 anos	Diretor Administrador e Membro do Conselho de Administração de Controladas	Sim	0	-



<sup>1</sup> Entendendo-se como Conselheiros Independentes: (a) aqueles que atendam, cumulativamente, aos critérios de independência fixados no Regulamento de Listagem do Novo Mercado e na Instrução CVM nº 461/07; e (b) aqueles que não detenham participação direta ou indireta em percentual igual ou superior a 5% do capital da Companhia, ou não tenham vínculo com acionista que a detenha.

## **Membros do Conselho de Administração**

- **José Auriemo Neto** é presidente do Conselho de Administração da JHSF Participações S.A. desde Abril de 2011. Foi Diretor-Presidente da Companhia desde sua criação, em 2006, até Abril de 2014. Ingressou nas empresas do Conglomerado em 1993. Em 1998 iniciou a área de Shopping Centers na Companhia, quando da obtenção da concessão para instalação do Shopping Santa Cruz, tornando-se responsável pela sua implantação e gestão. cursou parcialmente o curso de engenharia na Fundação Armando Álvares Penteado e o curso de Administração de Empresas na FASE. Faz parte do YPO – Young Presidents Organization, desde 30/11/1999, tendo sido seu diretor por dois mandatos nos períodos de 2003/04 e 2004/05.
- **Eduardo Silveira Camara** é membro do Conselho de Administração e Diretor-Presidente da JHSF Participações S.A. É bacharel em Administração de Empresas pela FGV – Fundação Getúlio Vargas e possui MBA pela Wharton School. Foi gerente do Banco de Investimento Garantia e do Bank of America, diretor executivo do Banco Multiplic, além de ter sido Vice-Presidente, membro do Conselho de Administração e Diretor de Relações com Investidores da UNIPAR. O Sr. Camara foi também diretor do Grupo Schahin e membro do Conselho de Administração do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.
- **Carlos Eduardo Andreoni Ambrósio** é membro do Conselho de Administração da JHSF Participações S.A. É formado em administração de empresas pela PUC - SP. Iniciou sua carreira como trainee no Citibank em 1988, onde trabalhou na área de mercados locais e derivativos. Em Outubro de 1993 transferiu-se para o Banco Matrix. Em outubro de 1995 tornou-se sócio-diretor e membro do Comitê Executivo do Banco Matrix, responsável pelas áreas de distribuição local e internacional e de gerenciamento de risco. Em 2001 deixou o Banco Matrix para ser sócio-diretor da Claritas Investimentos. Depois da associação com o Principal Financial Group em 2012, o Sr. Carlos passou a atuar como CEO da empresa. Também é Vice-Presidente e Membro do Conselho de Ética da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais).
- **Oswaldo Roberto Nieto** é membro do Conselho de Administração e Membro Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário da JHSF Participações S.A. Foi professor do Departamento de Contabilidade, Finanças e Controle da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da FGV – Fundação Getúlio Vargas, até 30 de junho de 2012. Sócio da BDO RCS, Consultores & Auditores, foi sócio presidente da Baker Tilly Brasil Auditores & Consultores, Líder da Baker Tilly International para Latin America e membro do seu Conselho de Administração. Foi também Consultor e diretor de planejamento e controle da Accor e gerente da PWC. Foi professor de Finanças do Curso de Pós-Graduação da ESPM e do IBMEC.
- **Thiago Alonso de Oliveira** é membro do Conselho de Administração, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da JHSF Participações S.A. É advogado, formado pela PUC - SP, com



pós-graduação em Finanças e Negócios pela FGV– Fundação Getúlio Vargas. Foi Diretor Financeiro e de Relações com Investidores nas empresas Paranapanema, Perenco Participações e Lupatech e Diretor Executivo para a América Latina da General Electric.

- **Richard Barczinski** é membro do Conselho de Administração da JHSF Participações S.A.. É Engenheiro Elétrico, formado em 1976 pela PUC - RJ, com MBA em gestão de Joalheria e Relojoaria pelo Instituto CFH de Lausanne, Suíça; fez cursos de extensão pela FGV e Harvard Business School, e de formação em Coaching pelo SBC. Iniciou carreira na Cia. Internacional de Engenharia e na Esso Brasileira de Petróleo e, em 1981, ingressou na H. Stern Joalheiros, onde por mais de 25 anos desenvolveu extensa carreira na área comercial e administrativa, assumindo o cargo de Diretor Superintendente em 1996, e a Presidência do Grupo em 2004, posição que ocupou até final de 2007. Em meados de 2008 coordenou o processo para vinda da Hermès ao Brasil, firmando através da JHSF contrato de concessão para inauguração em 2009 da primeira loja no Shopping Cidade Jardim. A partir de 2010, assumiu o cargo de Diretor Geral de Retail da JHSF para gerir a recém criada divisão de varejo do grupo, trazendo ao Brasil marcas como Jimmy Choo, Emilio Pucci e Valentino. A partir de 2014 deixou a área executiva da JHSF e passou a atuar em Consultoria, Conselhos e Coaching, além de lecionar como Professor convidado para o MBA de Gestão de Luxo da FAAP, e IED-SP no Curso de Luxury Management. Faz parte do YPO - Young Presidents' Organization - desde 1999, onde ocupou o cargo de Vice Presidente no exercício 2008/2009, Presidente para o exercício 2009/2010, e Diretor de Fórum para o biênio 2014/2016.
- **Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo** é membro do Conselho de Administração da JHSF Participações S.A.. Gradou-se em Direito pela Universidade de São Paulo em 1965. Estudou Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da mesma Universidade de São Paulo, entre 1963 e 1966, deixando de se graduar para ingressar no Curso de Desenvolvimento Econômico promovido pela CEPAL/ILPES, ministrado em nível de pós-graduação. Completou a sua pós-graduação em 1969, especializando-se em Desenvolvimento e Programação Industrial. Foi contratado como professor colaborador do Departamento de Economia e Planejamento Econômico (DEPE) da Universidade Estadual de Campinas, onde doutorou-se em 1975. Tornou-se professor titular em 1986. É também um dos fundadores da FACAMP. Entre 1974 e 1992 foi assessor econômico do PMDB, partido da oposição brasileira ao regime militar. Entre 1985 e 1987 foi Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda no Governo da Nova República e posteriormente, entre 1988 e 1990 foi Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo. Foi Conselheiro da Bolsa Mercantil de Futuros (BM&F) e Banco do Estado de São Paulo (Banespa). Em 2001 foi incluído no “Biographical Dictionary of Dissenting Economists” entre os 100 economistas heterodoxos do século XX. Recebeu o Prêmio Intelectual do Ano - Troféu Juca Pato – edição de 2005, concedido pela União Brasileira de Escritores (UBE), pelo livro: Ensaio Sobre o Capitalismo no Século XX. Atualmente é professor titular da Unicamp, consultor editorial da revista Carta Capital desde 1996 e membro do conselho consultivo da Thales.

\* \* \*



## Membros da Diretoria

- **Eduardo Silveira Camara**, já qualificado.
- **Wilmar Silva Rodriguez**, é Diretor Vice-Presidente da JHSF Participações S.A. desde setembro de 2013. É economista formado pela PUC – RJ, tendo cursado MBA em Finanças na Thunderbird School of Global Management, EUA. Anteriormente, foi Diretor na Vera Cruz Empreendimentos Imobiliários, tendo atuado por 13 anos na diretoria da Transamérica Expo Center & Transamérica Eventos e sido Gerente de Finanças Corporativas do Banco Real de Investimentos.
- **Thiago Alonso de Oliveira**, já qualificado.
- **João Alves Meira Neto**, é Diretor Jurídico da JHSF Participações S.A. É advogado formado pela Faculdade de Direito de Universidade de São Paulo – USP, com curso de especialização na Universidade de Cambridge. Foi advogado associado de Pinheiro Neto Advogados, gerente jurídico do Metrobanco Banco de Investimentos e do Banco Varig, assim como diretor jurídico do Banco BNL do Brasil e do Grupo Schahin. Também foi membro do Conselho de Administração do BNL Previlavoro Fundo de Previdência Privada.

## Conselho Fiscal

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF ou Passaporte	Órgão administração	Cargo eletivo ocupado	Data de eleição	Data da posse (prevista)	Prazo de mandato	Outros cargos exercidos no emissor	Eleito pelo controlador	Mandatos
Antonio Carlos Rovai	05/03/1953	Economista e Contador	760.333.688-00	Pertence apenas ao Conselho Fiscal	Membro Efetivo	28/04/2017	28/04/2017	Até a AGO de 2018	-	Sim	4
Ariovaldo dos Santos	12/03/1950	Professor Universitário	402.805.438-91	Pertence apenas ao Conselho Fiscal	Membro Efetivo	28/04/2017	28/04/2017	Até a AGO de 2018	-	Sim	4
Héctor José Alfonso	19/06/1942	Contador	529.971.208-10	Pertence apenas ao Conselho Fiscal	Membro Efetivo	28/04/2017	28/04/2017	Até a AGO de 2018	-	Sim	4
Francisco Montagner Neto	31/12/1957	Contador	913.404.548-15	Pertence apenas ao Conselho Fiscal	Membro Suplente	28/04/2017	28/04/2017	Até a AGO de 2018	-	Sim	1
Bruno Meirelles Salotti	22/12/1977	Contador	278.948.878-97	Pertence apenas ao Conselho Fiscal	Membro Suplente	28/04/2017	28/04/2017	Até a AGO de 2018	-	Sim	1
Clovis Antônio Pereira Pinto	23/11/1964	Contador	065.997.948-90	Pertence apenas ao Conselho Fiscal	Membro Suplente	28/04/2017	28/04/2017	Até a AGO de 2018	-	Sim	1

## Membros do Conselho Fiscal

**Antonio Carlos Rovai** é membro efetivo do Conselho Fiscal da JHSF Participações S.A. desde Maio de 2013, é bacharel em Ciências Econômicas pela PUC/SP e em Ciências Contábeis Universidade Mackenzie. Sócio principal das empresas Global Capital Markets Empreendimentos e Participações Ltda., Global Advisory Services Contabilidade e Auditoria Ltda., GC Global Control Contabilidade e Auditoria Ltda. e Global Business Consulting Ltda., desde 1997. Antes, trabalhou na PricewaterhouseCoopers, de 1973 a 1997, alcançando a posição de sócio em 1989. Atualmente é membro do Conselho Fiscal do Fundo Garantidor de Créditos - FGC (desde Abril de 2013) e Membro do Conselho Fiscal da Pinacoteca Arte e Cultura - APAC de São Paulo, vinculada à Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo. Membro do Instituto Brasileiro de



Governança Corporativa - IBGC e do Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes - IBRACON (onde foi Vice Presidente da Diretoria Nacional, no período 92/94 ). Exerceu, também, as atividades de Membro do Conselho Fiscal da Sociedade dos Amigos da Cinemateca - SAC, pelo período de 8 anos (2006/2014), vinculada ao Ministério da Cultura, foi Membro do Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria do Banco Panamericano ( Nov/10 a Abr/13 ), da Redecard S.A. ( Fev/08 a Dez/12 ), da Icatu Seguros S.A e empresas controladas (Out/07 a Jan/13), da Mabel Alimentos S.A (Jun/07 a Abr/11), da Aços Villares S.A (2007/08), da Tim Participações S.A (2004/2007) e da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE/SP (Ago/91 a Mar/06).

**Ariovaldo dos Santos** é membro efetivo do Conselho Fiscal da JHSF Participações S.A. desde Maio de 2013, é formado bacharel em Ciências Econômicas e em Ciências Contábeis pela Fundação Santo André; e formado Mestre em Contabilidade (1980) e Doutor em Contabilidade (1993), recebeu o título de Livre-docência em Contabilidade (1999), pela FEA/USP. Desenvolveu carreira acadêmica como professor no Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP a partir de 1986 tornando-se professor titular em 2003, publicou diversos livros sobre assuntos ligados a Contabilidade, e recebeu o título Doutor Honoris Causa pela FECAP em 2014. É diretor-presidente, desde Jan/05, do Instituto Brasileiro de Pesquisas Contábeis Atuariais e Financeiras - IPECAFI; e foi diretor-presidente, entre Jan/03 e Dez/04, e membro nato do Conselho Curador, desde Abr/09, da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuariais e Financeiras - FIPECAFI. Já foi membro do Conselho Fiscal da Companhia Paranaense de Energia - COPEL (2003-2005), Votorantim Celulose e Papel S.A. (2002-2004), Seara Alimentos S.A (2000), VASP - Viação Aérea São Paulo S/A (1975-1977), DERSA - Desenvolvimento Rodoviária S/A. (1975-1976), CAIC - Cia. Agrícola, Imobiliária e Colonizadora (1975), e FEPASA - Ferrovia Paulista S/A (1974-1976).

**Héctor José Alfonso** é membro efetivo do Conselho Fiscal da JHSF Participações S.A. desde Maio de 2013, é contador formado na Universidad Nacional de Buenos Aires (revalidação na USP em 1980). Trabalhou na PricewaterhouseCoopers de 1961 a 2002, em diversos países e diversas áreas, incluindo: auditoria (1961-1996), sócio técnico Brasil (1990-1996), líder de auditoria (1996-1999) e líder de Capital Humano e Relações com os Sócios para America do Sul (1999-2002). Adicionalmente, trabalhou como consultor sênior no Banco Mundial de 2005 a 2012, em projetos de migração de normas de contabilidade locais para normas internacionais. Atualmente desempenha funções de consultoria para o Center for Financial Reporting Reform do World Bank sediado em Viena, cujo objetivo é, entre outros, o desenvolvimento das atividades de supervisão pública das firmas de auditoria para promover a qualidade nos serviços de 'assurance' prestados por essas firmas em países do Leste da Europa, de conformidade com a legislação da União Europeia. Colabora também com o escritório central em Washington na atualização do material de avaliação e diagnóstico das normas de contabilidade e auditoria e revisão que se aplica no processo de convergência de normas nacionais às internacionais em andamento em diversos países do mundo.

**Francisco Montagner Neto** é bacharel em Ciências Contábeis com especialização em Comércio Exterior. Iniciou suas atividades profissionais no Banco Real S.A. e ingressou na PriceWaterhouseCoopers em 1978 com funções em auditoria e posteriormente desenvolveu sua carreira como gerente em consultoria de gestão de empresas e tributária. Foi designado como responsável pelo treinamento interno e externo da Price



Waterhouse. Entre 1999 e 2003 foi professor de Contabilidade na Faculdade Teresa Martin. Desde o ano 2000 é consultor e sócio da Take Control Controladoria e Contabilidade Ltda.. Membro do Instituto Brasileiro de Contadores – IBRACON, Membro da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade – ANEFAC (afiliada ao IMA – Institute of Management Accountants – USA) e Membro do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo.

**Bruno Meirelles Salotti** é Professor Doutor do Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo (1999), mestrado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (2003) e doutorado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (2005). Tem experiência na área contábil, com ênfase em Contabilidade para Usuários Externos, atuando profissionalmente em consultorias e emissão de Pareceres Técnicos relacionados à contabilidade societária e contabilidade internacional (IFRS). Possui experiência anterior em Auditoria Externa e na área contábil de Companhia Aberta. Além disso, é membro titular do Conselho Fiscal da Fundação Bunge e membro suplente do Conselho Fiscal da Via Varejo S.A. É coordenador e co-autor do Livro “IFRS no Brasil: estudos de casos abordados por meio de casos reais”, lançado em 2015 pela Editora Altas, além de outros trabalhos acadêmicos em livros e revistas.

**Clovis Antônio Pereira Pinto** é Bacharel em Contabilidade. Desenvolveu a carreira profissional como Diretor na PriceWaterhouseCoopers por 31 anos. Experiência consolidada em auditoria de demonstrações financeiras de empresas de diversos setores e tamanhos, com ênfase em Agronegócios, Saúde e Engenharia e Construção. Participou da equipe de auditoria nos processos de oferta pública de ações (IPO) da Cyrela Brazil Realty S.A. e Even S.A. Integrou o time de especialistas na implementação das IFRS no Brasil e no time de especialistas em Engenharia e Construção, que inclui empresas de incorporação imobiliária. É Conselheiro Fiscal Certificado pelo IBGC, Auditor com cadastro no CNAI - Cadastro Nacional de Auditores Independentes do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, Membro do Grupo de Trabalho - GT Incorporadoras do IBRACON (Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes).

\* \* \*

**12.6 / 8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do Conselho de Administração no último exercício, informar o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo:**



## Conselho de Administração

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF ou Passaporte	Órgão Administração	Cargo eletivo ocupado	Frequência 2016
José Auriemo Neto	30/04/1976	Empresário	256.393.178-92	Pertence apenas ao Conselho de Administração	Presidente	100%
Luiz Gonzaga de Mello Belluzo	29/10/1942	Economista	024.419.008-97	Pertence apenas ao Conselho de Administração	Membro Efetivo Independente	100%
Richard Barczinski	03/11/1953	Engenheiro	403.262.927-72	Pertence apenas ao Conselho de Administração	Membro Efetivo	100%
Carlos Eduardo Andreoni Ambrósio	07/03/1966	Administrador de Empresas	116.393.148-90	Pertence apenas ao Conselho de Administração	Membro Efetivo Independente	100%
Oswaldo Roberto Nieto	27/12/1950	Contador	703.427.418-53	Pertence apenas ao Conselho de Administração	Membro Efetivo Independente	100%
Eduardo Silveira Camara	03/03/1952	Administrador de Empresas	356.551.608-97	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	Membro Efetivo / Diretor Presidente	100%
Thiago Alonso de Oliveira	20/05/1971	Advogado	165.902.078-60	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	Membro Efetivo / Diretor Financeiro e RI	100%

## Conselho Fiscal

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF ou Passaporte	Órgão Administração	Cargo eletivo ocupado	Frequência 2016
Antonio Carlos Rovai	05/03/1953	Economista e Contador	760.333.688-00	Pertence apenas ao Conselho Fiscal	Membro Efetivo	100%
Ariovaldo dos Santos	12/03/1950	Professor Universitário	402.805.438-91	Pertence apenas ao Conselho Fiscal	Membro Efetivo	100%
Héctor José Alfonso	19/06/1942	Contador	529.971.208-10	Pertence apenas ao Conselho Fiscal	Membro Efetivo	100%

### 12.9. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionados a administradores da Companhia, controladas e controladores:

Não há.

### 12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros:

Alguns dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração da Companhia são também administradores de sociedades controladoras e controladas da Companhia, conforme segue:

O Sr. José Auriemo Neto é acionista controlador da JHSF Participações S.A., através da JHSF Par S.A. e Flatly Global Ltd., sociedades integrante do bloco de controle da Companhia. É, também, membro da administração da Hotéis Fasano & Resorts S.A., sociedade controlada pela Companhia.

O Sr. Eduardo Silveira Camara é membro da administração da JAN Participações S.A., sociedade integrante do bloco de controle da Companhia. É, também, membro da administração de duas sociedades controladas pela Companhia.

O Sr. Wilmar Silva Rodriguez é membro da administração de diversas sociedades controladas pela Companhia.



O Sr. Thiago Alonso de Oliveira é membro da administração de duas sociedades controladas pela Companhia.

**ITEM 6 DA ORDEM DO DIA: indicar o Presidente do Conselho de Administração, nos termos do artigo 19 do Estatuto Social.**

Proposta da Administração: Nos termos do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia, o qual determina que compete à Assembleia Geral eleger o Presidente do Conselho de Administração, a Administração da Companhia recomenda a reeleição do Sr. José Auriemo Neto para o cargo de presidente do Conselho de Administração.

**ITEM 7 DA ORDEM DO DIA: fixar a remuneração global anual dos Administradores da Companhia para o exercício social de 2017.**

Proposta da Administração: A Administração recomenda que a remuneração global anual dos administradores (Diretoria e Conselho de Administração) em 2017 seja de até R\$ 10.400.000,00 (dez milhões e quatrocentos mil reais), correspondente à remuneração aprovada em Assembleia Geral da Companhia para o último exercício social, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado e divulgado pelo IBGE.

Para os fins do artigo 12 da Instrução CVM 481/2009, apresentam-se anexas à presente Proposta as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência.

**ITEM 8 DA ORDEM DO DIA: eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia para mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária**

Proposta da Administração: A Administração da Companhia e seus acionistas controladores apoiam a reeleição dos atuais membros do Conselho Fiscal da Companhia, os Srs. Antonio Carlos Rovai, Arioaldo dos Santos e Héctor José Alfonso, como membros efetivos; e Francisco Montagner Neto, Bruno Meirelles Salotti e Clovis Antônio Pereira Pinto, como membros suplentes (*vide informações constantes do item 5 da Ordem do Dia*).

Os Conselheiros que forem eleitos permanecerão nos respectivos cargos até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2018.

Em conforme com o item 18.b. do Formulário de Referência, os Conselheiros que forem eleitos formalizarão, quando da assinatura do termo de posse, declaração de que, durante os últimos cinco anos, não tiveram:

- i. Qualquer condenação criminal;
- ii. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM;



iii. Qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

A Administração recomenda que a remuneração global anual dos membros do Conselho Fiscal seja de até R\$ 370.000,00 (trezentos e setenta mil reais), seguindo os padrões legais de que a remuneração anual seja de até 10% (dez por cento) do valor médio do salário ou pró-labore da Diretoria Estatutária da Companhia.

**ITEM 9 DA ORDEM DO DIA: fixar a remuneração global anual dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário para o exercício social de 2017.**

Proposta da Administração: a Administração recomenda que a remuneração global anual do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Companhia seja de até R\$ 288.000,00 (duzentos e oitenta e oito mil reais). O valor recomendado considera a remuneração dos membros do CAE ainda que na hipótese de cumulação de mandato em demais Conselhos/Comitês da Companhia.

**ITEM 10 DA ORDEM DO DIA: ajustar o capital social da Companhia em virtude da emissão de novas ações ordinárias para fins de cumprimento do exercício de Plano de Opção de Compra de Ações.**

Proposta da Administração: a Administração recomenda que o capital social da Companhia seja ajustado para refletir a emissão das 661.247 (seiscentas e sessenta e uma mil, duzentas e quarenta e sete) ações ordinárias ocorrida dentro do limite do Capital Autorizado para cumprimento do exercício de Plano de Opção de Compra de Ações, nos termos da Reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de fevereiro de 2017.

Por conseguinte, a Administração recomenda a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir e consolidar o capital social atual da Companhia, passando a vigorar com a seguinte redação:

*“Artigo 5º - O capital social é de R\$ 915.254.110,15 (novecentos e quinze milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, cento e dez reais e quinze centavos) dividido em 525.661.247 (quinhentos e vinte e cinco milhões, seiscentas e sessenta e uma mil, duzentas e quarenta e sete) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.”*

**ITEM 11 DA ORDEM DO DIA: ajustar a competência do Conselho de Administração da Companhia no que se refere a aprovação de propostas de eleição ou destituição de Diretores de sociedades controladas.**

Proposta da Administração: a Administração recomenda ajustar as competências do Conselho de Administração da Companhia, delegando à Diretoria a prerrogativa de aprovar proposta de eleição ou destituição dos Diretores das sociedades controladas direta e/ou indiretamente pela Companhia. Desta forma, a Administração recomenda: (a) alterar o Artigo 21, inciso III; e (b) incluir o inciso IV ao Artigo 24 do Estatuto Social, para que passem a vigorar com a seguinte redação:

**REDAÇÃO ATUAL**

**Artigo 21** - Compete ao Conselho de administração, além de outras atribuições que lhe sejam conferidas pela Lei das Sociedades por Ações ou pelo Estatuto:

(...)

III. eleger e destituir os Diretores da Sociedade, bem como aprovar a proposta de eleição ou destituição dos Diretores de suas sociedades controladas direta ou indiretamente;

**Artigo 24** - A Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários à consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, inclusive para alienar e onerar bens, renunciar a direitos, transigir e acordar, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes e as deliberações tomadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração. Compete-lhe administrar e gerir os negócios da Sociedade, especialmente:

(...)

(inciso IV sem precedente no Estatuto Social vigente)

**REDAÇÃO PROPOSTA**

**Artigo 21** - Compete ao Conselho de administração, além de outras atribuições que lhe sejam conferidas pela Lei das Sociedades por Ações ou pelo Estatuto:

(...)

III. eleger e destituir os Diretores da Sociedade;

**Artigo 24** - A Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários à consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, inclusive para alienar e onerar bens, renunciar a direitos, transigir e acordar, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes e as deliberações tomadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração. Compete-lhe administrar e gerir os negócios da Sociedade, especialmente:

(...)

IV. aprovar proposta de eleição ou destituição dos Diretores de suas sociedades controladas direta ou indiretamente.

**ITEM 12 DA ORDEM DO DIA: alteração e consolidação dos termos do Estatuto Social da Companhia, para consubstanciar as matérias deliberadas e aprovadas nesta Assembleia Geral.**

Proposta da Administração: a Administração recomenda aprovar a alteração e consolidação dos termos do Estatuto Social da Companhia, para consubstanciar as matérias deliberadas e aprovadas nesta Assembleia Geral.

\* \* \*



## ANEXO 1 - COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

### DECLARAÇÃO

Os Diretores da Companhia, que abaixo subscrevem, declaram, nos termos do art. 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016; e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer emitido em 29 de março de 2017 por KPMG Auditores Independentes S.A., auditores independentes da Companhia, com relação às demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

São Paulo, 30 de março de 2017.

Eduardo Silveira Camara – Diretor Presidente

Wilmar Silva Rodriguez – Diretor Vice Presidente

Thiago Alonso de Oliveira – Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

\* \* \*

### 10.1 Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia investe no Brasil em negócios voltados a atender o público de alta renda, com atividades em desenvolvimento e administração de projetos únicos e inovadores nos setores de shopping centers, hotéis e restaurantes, incorporação imobiliária e aeroporto executivo.

Além do aprimoramento do desempenho operacional dos negócios, a Companhia está comprometida com a gestão da estrutura de capital, promovendo ações de alongamento do atual perfil bem como a redução do endividamento bruto e execução de plano de investimento de capital substancialmente inferior ao realizado nos últimos anos. Essas ações buscam fortalecer a geração operacional de caixa concomitante a redução do fluxo financeiro e de investimentos da Companhia.

#### 10.1.a. condições financeiras e patrimoniais gerais

### 2016

Ao final de 2016, as disponibilidades e aplicações atingiram R\$108,2 milhões, as contas a receber de imóveis R\$669,2 milhões, o patrimônio líquido R\$2.217,2 milhões e uma dívida líquida de caixa e aplicações de R\$1.488,3 milhões. Na



posição patrimonial destacam-se ainda o estoque de imóveis a comercializar, de R\$626,6 milhões, o imobilizado com R\$736,0 milhões e as propriedades para investimento totalizando R\$2.326,9 milhões.

## **2015**

Ao final de 2015, as disponibilidades e aplicações atingiram R\$191,0 milhões, as contas a receber de imóveis R\$591,0 milhões, o patrimônio líquido R\$2.664,9 milhões, e a dívida líquida de caixa e aplicações R\$1.725,8 milhões. Na posição patrimonial destacam-se ainda o estoque de imóveis a comercializar (terrenos, unidades em construção e unidades concluídas) totalizando R\$645,3 milhões, as propriedades para investimento R\$3.358,0 milhões, bem como os ativos e passivos destinados à venda – propriedades que a Companhia detinha no exterior e que foram objeto de transação de venda firmada em 29/02/2016 – totalizando, respectivamente, R\$804,3 milhões e R\$704,7 milhões.

## **2014**

Ao final de 2014, as disponibilidades e aplicações atingiram R\$369,6 milhões, as contas a receber de imóveis R\$640,2 milhões, o patrimônio líquido R\$2.289,7 milhões e dívida líquida de caixa e aplicações de R\$2.096,4 milhões. Na posição patrimonial destacam-se ainda o estoque de imóveis a comercializar, de R\$769,2 milhões, o imobilizado totalizando R\$800,5 milhões e as propriedades para investimento que fecharam o ano avaliadas em R\$2.946,7 milhões.

### **10.1.b. estrutura de capital**

O financiamento de nossas operações envolve capital próprio e de terceiros, de modo a preservar valor dos acionistas. Abaixo, tabela com a evolução da estrutura de capital da Companhia ao final dos últimos três exercícios sociais:

<b>R\$' milhões</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
(a) Passivo Circulante	750,5	1.671,1	609,4
(b) Passivo Não Circulante	2.765,2	2.229,6	1.923,9
(c) Patrimônio Líquido	2.283,7	2.664,9	2.217,2
<b>(a + b) / c</b>	<b>154%</b>	<b>146%</b>	<b>114%</b>

### **10.1.c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

## **2016**

A dívida bruta da Companhia tem perfil de longo prazo, ao final de 2016, 81,4% de seu endividamento possuía prazo vencer superior a 12 meses, como pode ser observado pela tabela abaixo:



<b>Ano de Vencimento</b>	<b>R\$ Milhões</b>
Parcela Corrente	280,3
Não Circulante	
2018	255
2019	182
2020	169
Após 2020	312
(-) Passivos de Operações Destinadas à Venda	-
<b>Total</b>	<b>1.197,3</b>

<b>R\$ milhões</b>	<b>2016</b>
<b>(a) EBITDA ao ano</b>	<b>(1,8)</b>
Despesa Financeira	(308,7)
Receita Financeira	22,4
<b>(b) Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(286,3)</b>
<b>(c) Dívida Líquida</b>	<b>260,0</b>
<b>Relação (a) / (b)</b>	<b>0,0</b>
<b>Relação (c) / (a)</b>	<b>(145,4)</b>

A relação entre o resultado financeiro líquido e o EBITDA de 2016 indica que este último é 0,0 vezes maior que as despesas financeiras líquidas. A relação entre dívida líquida e o EBITDA é de 2,8 vezes.

## 2015

A dívida bruta da Companhia tem perfil de longo prazo, ao final de 2015, 76% de seu endividamento possuía prazo vencer superior a 12 meses, como pode ser observado pela tabela abaixo:

<b>Ano de Vencimento</b>	<b>R\$ Milhões</b>
Parcela Corrente	559,9
Não Circulante	
2017	551,7
2018	339,2
2019	474,4
2020	213,2
Após 2020	434,1
(-) Passivos de Operações Destinadas à Venda	(609,2)
<b>Total</b>	<b>1.963,2</b>



R\$' milhões	2015
<b>(a) EBITDA ao ano</b>	<b>447,4</b>
Despesa Financeira	(270,9)
Receita Financeira	<u>59,0</u>
<b>(b) Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(211,9)</b>
<b>(c) Dívida Líquida</b>	<b>(1.134,9)</b>
<b>Relação (a) / (b)</b>	<b>(2,1)</b>
<b>Relação (c) / (a)</b>	<b>(2,5)</b>

A relação entre o resultado financeiro líquido e o EBITDA de 2015 indica que este último é 2,1 vezes maior que as despesas financeiras líquidas. A relação entre dívida líquida e o EBITDA é de 2,5 vezes.

## 2014

Ao final de 2014, o cronograma de amortizações das dívidas bancárias e debêntures tinha um perfil de vencimento de longo prazo, com 80,5% vencendo a partir de 2016 como pode ser observado abaixo:

Ano de Vencimento	R\$ Milhões
Parcela Corrente	488,0
Não Circulante	
2016	532,5
2017	452,3
2018	240,0
2019	311,0
Após 2019	484,0
<b>Total</b>	<b>2.507,8</b>

R\$' milhões	2014
<b>(a) EBITDA ao ano</b>	<b>240,3</b>
Despesa Financeira	(214,9)
Receita Financeira	<u>83,8</u>
<b>(b) Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(131,2)</b>
<b>(c) Dívida Líquida</b>	<b>1.456,3</b>
<b>Relação (a) / (b)</b>	<b>(1,8)</b>
<b>Relação (c) / (a)</b>	<b>6,1</b>

A relação entre o resultado financeiro líquido e o EBITDA de 2014 indica que este último é 1,8 vez maior que as despesas financeiras líquidas. A relação entre dívida líquida e o EBITDA é de 6,1 vezes.

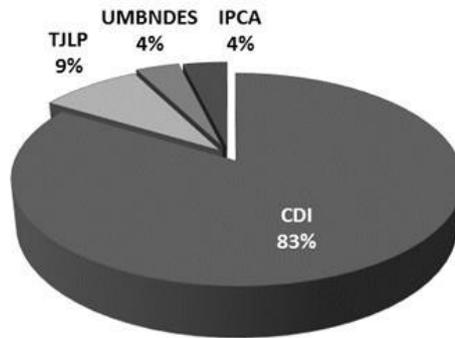
### **10.1.d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

Nos anos de 2016, 2015 e 2014 utilizamos para capital de giro, empréstimos em moeda nacional e em cesta de moedas (BNDES), de curto e longo prazo, atualizados monetariamente pela variação de indexadores, acrescido de juros.



Adicionalmente, nas operações internacionais, que atualmente fazem parte dos ‘Passivos Destinados à Venda’, utilizamos financiamentos denominados em dólares, de longo prazo, atualizados pela variação da taxa Libor 6 meses acrescido de juros.

Abaixo, indexadores do endividamento ao final de 2016:



Em 2013, emitimos debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única da espécie quirografária no montante de R\$800,0 milhões (5ª emissão de debêntures da JHSF Participações S.A no valor de R\$ 300.000; 1ª emissão de debêntures da Companhia Administradora de Empreendimentos e Serviços no valor de R\$ 15.000; 1ª emissão de debêntures da Sustenta Comercializadora de Energia S.A no valor de R\$ 20.000; 1ª emissão de debêntures da Sociedade Administradora de Estacionamento e Serviços S.A no valor de R\$ 10.000; 1ª emissão de debêntures da JHSF Manaus Empreendimentos e Incorporações S. A no valor de R\$ 94.000; 1ª emissão de debêntures do Shopping Cidade Jardim S.A no valor de R\$ 140.000; 1ª emissão de debêntures do Vila Catarina Shopping S.A no valor de R\$ 51.000; 1ª emissão de debêntures da Companhia Metro Norte no valor de R\$ 170.000), remuneradas a juros correspondentes à variação percentual acumulada da taxa CDI mais juros de 2,7% a.a., que serão pagos semestralmente.

#### **10.1.e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A Companhia mantém recursos em caixa e tratativas constantes com bancos comerciais e de desenvolvimento. Na eventualidade de deficiência de liquidez, a Companhia pretende utilizar essas fontes, bem como de monetização de parcelas dos valores a receber de clientes, para suprir necessidades.

#### **10.1. f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

##### **(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

#### **2016**

A tabela a seguir detalha os contratos de empréstimo e financiamento relevantes, em R\$ milhões.



	Indexador	Taxa de juros - %	Consolidado	
			2016	2015
Instituições financeiras (a)	CDI	3,97%	566.434	545.714
Cartão Corporativo - BB	Pré	22,17%	-	38.481
BNDES (b)	TJLP	4,13%	133.554	213.664
BNDES (b)	UMBNDDES	3,95%	57.434	82.072
BNDES (b)	Pré	8,70%	1.618	3.903
BNDES (b)	SELIC	3,15%	-	32.640
Empréstimos no exterior	LIBOR	2,76%	-	693.950
BNDES (b)	IPCA	3,99%	56.737	-
			<b>815.776</b>	<b>1.610.424</b>
Custo com Empréstimos à amortizar			(23.596)	(27.013)
<b>Saldo líquido</b>			<b>792.180</b>	<b>1.583.411</b>
Passivos destinados à venda (nota 12)			-	(692.229)
<b>Saldo líquido</b>			<b>792.180</b>	<b>891.182</b>
<b>Circulante</b>			<b>196.194</b>	<b>291.732</b>
Principal			239.760	361.765
Juros			(40.953)	14.774
(-) Custos			(2.613)	(1.811)
Passivos destinados à venda (nota 12)			-	(82.996)
<b>Não Circulante</b>			<b>595.986</b>	<b>599.450</b>
Principal			601.519	1.233.808
Juros			15.450	-
(-) Custos			(20.983)	(25.125)
Passivos destinados à venda (nota 12)			-	(609.233)

- a) Em 22 de setembro de 2015, a Companhia contratou linha de crédito de R\$288.667, com custo atrelado ao CDI, amortização mensal de juros, carência de principal de 30 meses e amortização do principal em 42 parcelas mensais iguais e consecutivas, iniciando em Março de 2018 e com término em Agosto de 2021 para antecipação do pagamento de linhas de financiamentos vincendas entre 2015 e 2017, tendo como garantias hipotecas imobiliárias. E em setembro de 2016, a Companhia contratou linha de crédito de R\$45.000, com custo indexado ao CDI + 5,50% a.a., amortização mensal de juros, e o principal a partir de setembro de 2017 com término em março de 2018; E em 26 de setembro de 2016, a Companhia contratou linha de crédito de R\$100.000, com custo indexado ao CDI + 3,55% a.a., amortização em parcela única em janeiro de 2017;
- b) Empréstimos em reais, captados junto ao BNDES. Esses empréstimos foram concedidos para financiamento dos empreendimentos: Expansão do Shopping Cidade Jardim, Shopping Bela Vista, Shopping Metrô Tucuruvi, Shopping Ponta Negra e Aeroporto Executivo Catarina, tendo como garantia, quando aplicável, garantia hipotecária dos próprios empreendimentos;
- c) Empréstimos obtidos pelas controladas 815 Fifth Avenue LCC, JHSF NY II Inc; 05212014 Inc. e Madras Global Ltd. para aquisição de imóvel, tendo como garantia o próprio empreendimento imobiliário e JHSF Uruguay, R\$34.167, para ser utilizado como capital de giro da Companhia, com o aval da JHSF



Participações S/A. Em setembro de 2016 foi concluída alienação das controladas que detinham empréstimos no exterior conforme mencionado na nota explicativa12.

As parcelas do não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

<u>Ano</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
2017	-	372.917
2018	204.634	239.205
2019	131.878	374.362
2020	118.505	113.243
Após 2020	161.953	134.081
	<b>616.970</b>	<b>1.233.808</b>
(-) Custo	(20.983)	(25.125)
<b>Saldo líquido</b>	<b>595.987</b>	<b>1.208.683</b>
Passivos destinados à venda	-	(609.233)
<b>Saldo líquido</b>	<b>595.987</b>	<b>599.450</b>



## 2015

A tabela a seguir detalha os contratos de empréstimo e financiamento relevantes, em R\$ milhões.

	Indexador	Taxa de juros - % a.a.	Consolidado	
			12-2015	12-2014
Instituições financeiras (a)	CDI	2,95	545.714	572.291
Instituições financeiras (b)	TR	-	-	33.156
Cartão Corporativo - BB	Pré	22,17	38.481	-
BNDES (c)	TJLP	3,89	213.664	188.994
BNDES (c)	UMBNDDES	3,95	82.072	63.950
BNDES (c)	Pré	8,31	3.903	5.234
BNDES (c)	SELIC	3,15	32.640	10.092
Empréstimos no exterior (d)	LIBOR	2,76	693.950	486.402
			<b>1.610.424</b>	<b>1.360.118</b>
Custo com Empréstimos à amortizar			(27.014)	(13.648)
<b>Saldo líquido</b>			<b>1.583.411</b>	<b>1.346.469</b>
Passivos destinados à venda (Nota 13)			(692.229)	-
<b>Saldo líquido</b>			<b>891.182</b>	<b>1.346.469</b>
<b>Circulante</b>			<b>291.732</b>	<b>373.546</b>
Principal			361.765	342.050
Juros			14.774	34.945
(-) Custos			(1.811)	(3.449)
Passivos destinados à venda (nota 13)			(82.996)	-
<b>Não Circulante</b>			<b>599.450</b>	<b>972.923</b>
Principal			1.233.808	983.583
(-) Custos			(25.125)	(10.660)
Passivos destinados à venda (Nota 13)			(609.233)	-

(a) Em 22 de setembro de 2015, a Companhia contratou linha de crédito de R\$288.667, com custo atrelado ao CDI, amortização mensal de juros, carência de principal de 30 meses e amortização do principal em 42 parcelas mensais iguais e consecutivas, iniciando em Março de 2018 e com término em Agosto de 2021 para antecipação do pagamento de linhas de financiamentos vincendas entre 2015 e 2017;

(b) Empréstimos em reais, para capital de giro, tendo como garantias hipotecas imobiliárias;

(c) Empréstimos em reais, captados junto ao BNDES. Esses empréstimos foram concedidos para financiamento dos empreendimentos: Expansão do Shopping Cidade Jardim, Shopping Bela Vista, Shopping Metrô Tucuruvi e Shopping Ponta Negra, tendo como garantia, quando aplicável, garantia hipotecária dos próprios empreendimentos;

(d) Empréstimos no montante de R\$659.783 obtidos pelas controladas 815 Fifth Avenue LCC, JHSF NY II Inc; 05212014 Inc. e Madras Global Ltd. para aquisição de imóvel, tendo como garantia o próprio empreendimento



imobiliário e JHSF Uruguay, R\$34.167, para ser utilizado como capital de giro da Companhia, com o aval da JHSF Participações S/A.

As parcelas do não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano	Consolidado	
	12-2015	12-2014
2016	-	275.033
2017	372.917	273.547
2018	239.205	139.964
2019	374.362	211.015
2020	113.243	25.228
Após 2020	134.081	58.795
	<b>1.233.808</b>	<b>983.583</b>
(-) Custo	(25.125)	(10.660)
<b>Saldo líquido</b>	<b>1.208.683</b>	<b>972.923</b>
Passivos destinados à venda	(609.233)	-
<b>Saldo líquido</b>	<b>599.450</b>	<b>972.923</b>

## 2014

A tabela a seguir detalha os contratos de empréstimo e financiamento relevantes, em R\$ milhões.

	Indexador	Taxa de juros - % a.a.	Controladora		Consolidado	
			12-2014	12-2013	12-2014	12-2013
Instituições financeiras (a)	CDI	1,76	158.953	157.437	572.291	553.077
Instituições financeiras (b)	TR	9,94	-	-	33.156	168.993
BNDES (c)	TJLP	3,99	-	-	188.994	207.876
BNDES (c)	UMBNDDES	3,97	-	-	63.950	51.574
BNDES (c)	Pré	8,17	-	-	5.234	6.610
BNDES (c)	SELIC	2,32	-	-	10.092	9.959
Empréstimos no exterior (d)	LIBOR	3,20	-	-	486.402	45.959
			<b>158.953</b>	<b>157.437</b>	<b>1.360.118</b>	<b>1.044.048</b>
Custo com Empréstimos à amortizar			(6.652)	(2.883)	(13.648)	(8.562)
<b>Saldo líquido</b>			<b>152.301</b>	<b>154.554</b>	<b>1.346.469</b>	<b>1.035.486</b>
<b>Circulante</b>			<b>45.361</b>	<b>8.877</b>	<b>373.546</b>	<b>271.413</b>
<b>Não Circulante</b>			<b>106.940</b>	<b>145.677</b>	<b>972.923</b>	<b>764.073</b>

- (a) Empréstimos em reais, para capital de giro, tendo como garantias notas promissórias e aval da controladora;
- (b) Empréstimos em reais, para capital de giro, tendo como garantias hipotecas imobiliárias;
- (c) Empréstimos em reais, captados junto ao BNDES. Esses empréstimos foram concedidos para financiamento dos empreendimentos: Expansão do Shopping Cidade Jardim, Shopping Bela Vista, Shopping Metrô Tucuruvi e Shopping Ponta Negra, tendo como garantia quando aplicável, garantia hipotecária dos próprios empreendimentos;



(d) Empréstimos no montante de R\$459.833 obtidos pelas controladas 815 Fifth Avenue LCC, JHSF NY II Inc; e NY 05212014 LLC e Madras Global Ltd. para incorporação/ aquisição de imóvel, tendo como garantia o próprio empreendimento imobiliário e JHSF Uruguay, R\$26.569, para ser utilizado como capital de giro da Companhia, com o aval da JHSF Participações S/A.

As parcelas do não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano	Controladora		Consolidado	
	12-2014	12-2013	12-2014	12-2013
2015	-	37.612	-	148.543
2016	2.500	55.114	275.033	223.913
2017	54.583	55.113	273.547	210.765
2018	54.583	-	139.964	78.274
2019	-	-	211.015	109.262
Após 2019	-	-	84.023	-
	<b>111.667</b>	<b>147.839</b>	<b>983.583</b>	<b>770.757</b>
(-) Custo	(4.726)	(2.162)	(10.659)	(6.684)
<b>Total</b>	<b>106.940</b>	<b>145.677</b>	<b>972.923</b>	<b>764.073</b>

## (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

### Debêntures

#### 2016

	Indexador	Remuneração (Juros)	Consolidado	
			2016	2015
4ª Emissão de Debêntures simples (a)	CDI	1,75% a.a	81.894	245.981
5.ª emissão + 1.ª emissão das controladas (b)	CDI	2,70% a.a	633.638	804.046
(-) Custos com 4ª emissão de Debêntures			(1.306)	(1.408)
(-) Custos com 5ª emissão + 1.ª emissão de			(18.102)	(22.988)
			<b>696.124</b>	<b>1.025.630</b>
<b>Circulante</b>			<b>84.121</b>	<b>268.156</b>
Principal			78.762	233.340
Juros			6.781	37.936
(-) Custos			(1.422)	(3.120)
<b>Não Circulante</b>			<b>612.003</b>	<b>757.474</b>
Principal			630.000	778.750
Juros			-	-
(-) Custos			(17.997)	(21.276)

a) Em 26 de março de 2012 a Companhia concluiu a 4ª emissão de 350 (trezentos e cinquenta) debêntures simples não conversíveis em ações, em série única, com garantia fidejussória ("Debêntures"), para distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM no. 476/09. O valor total da emissão foi de R\$ 350.000, com vencimento em cinco anos contados a partir da data de emissão, com seis amortizações semestrais.



b) Em 18 de dezembro de 2013 foram concluídas as seguintes operações de emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia real adicional, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09: 5ª emissão de debêntures da JHSF Participações S.A no valor de R\$ 300.000; 1ª emissão de debêntures da Companhia Administradora de Empreendimentos e Serviços no valor de R\$ 15.000; 1ª emissão de debêntures da Sustenta Comercializadora de Energia S.A no valor de R\$ 20.000; 1ª emissão de debêntures da Sociedade Administradora de Estacionamentos e Serviços S.A no valor de R\$ 10.000; 1ª emissão de debêntures da JHSF Manaus Empreendimentos e Incorporações S. A no valor de R\$ 94.000; 1ª emissão de debêntures do Shopping Cidade Jardim S.A no valor de R\$ 140.000; 1ª emissão de debêntures do Vila Catarina Shopping S.A no valor de R\$ 51.000; 1ª emissão de debêntures da Companhia Metro Norte no valor de R\$ 170.000. Todas as operações acima contam com 30 meses de carência de principal contados da emissão, com amortizações programadas semestrais, sendo a primeira em 18/06/2018 e a última em 18/12/2023.

Em 16 de junho de 2016 a Companhia efetuou a ampliação do período de carência para amortização do principal da 5ª Emissão, passando de dois para quatro anos, com início da amortização do principal, de R\$800 milhões, em 12 parcelas semestrais, sendo a primeira em junho de 2018 e última amortização em dezembro de 2023 e a mudança do spread anual contratado, com incremento de 70 basis points, passando a CDI+3,4% a.a.

As parcelas do não circulante das emissões têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano	Controladora	
	2016	2015
2017	-	178.750
2018	105.000	100.000
2019	105.000	100.000
2020	105.000	100.000
Após 2020	315.000	300.000
<b>Total</b>	<b>630.000</b>	<b>778.750</b>
Custo	(17.997)	(21.276)
<b>Saldo líquido</b>	<b>612.003</b>	<b>757.474</b>



## 2015

	Indexador	Remuneração (Juros)	Consolidado	
			12-2015	12-2014
4ª Emissão de Debêntures simples (a)	CDI	1,75% a.a	245.981	344.031
5.ª emissão + 1.ª emissão das controladas (b)	CDI	2,70% a.a	804.046	803.467
(-) Custos com 4ª emissão de Debêntures	-	-	(1.408)	(2.534)
(-) Custos com 5ª emissão + 1.ª emissão de debêntures das controladas	-	-	(22.988)	(25.469)
			<b>1.025.630</b>	<b>1.119.495</b>
<b>Circulante</b>			<b>268.156</b>	<b>109.073</b>
Principal			233.340	96.250
Juros			37.936	14.998
(-) Custos			(3.120)	(2.175)
<b>Não Circulante</b>			<b>757.474</b>	<b>1.010.421</b>
Principal			778.750	1.036.250
Juros			-	-
(-) Custos			(21.276)	(25.829)

- (a) Em 26 de março de 2012 a companhia concluiu a 4ª emissão de 350 (trezentos e cinquenta) debêntures simples não conversíveis em ações, em série única, com garantia fidejussória ("Debêntures"), para distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM no. 476/09. O valor total da emissão foi de R\$ 350.000, com vencimento em cinco anos contados a partir da data de emissão, com seis amortizações semestrais.
- (b) Em 18 de dezembro de 2013 foram concluídas as seguintes operações de emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia real adicional, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09: 5ª emissão de debêntures da JHSF Participações S.A no valor de R\$ 300.000; 1ª emissão de debêntures da Companhia Administradora de Empreendimentos e Serviços no valor de R\$ 15.000; 1ª emissão de debêntures da Sustenta Comercializadora de Energia S.A no valor de R\$ 20.000; 1ª emissão de debêntures da Sociedade Administradora de Estacionamentos e Serviços S.A no valor de R\$ 10.000; 1ª emissão de debêntures da JHSF Manaus Empreendimentos e Incorporações S. A no valor de R\$ 94.000; 1ª emissão de debêntures do Shopping Cidade Jardim S.A no valor de R\$ 140.000; 1ª emissão de debêntures do Vila Catarina Shopping S.A no valor de R\$ 51.000; 1ª emissão de debêntures da Companhia Metro Norte no valor de R\$ 170.000. Todas as operações acima contam com 30 meses de carência de principal contados da emissão, com amortizações programadas semestrais, sendo a primeira em 18/06/2016 e a última em 18/12/2023.



As parcelas do não circulante das emissões têm o seguinte cronograma de pagamento:

<b>Ano</b>	<b>12-2015</b>	<b>12-2014</b>
2016	-	257.500
2017	178.750	178.750
2018	100.000	100.000
2019	100.000	100.000
2020	100.000	400.000
Após 2020	300.000	-
	<b>778.750</b>	<b>1.036.250</b>
<b>Custo</b>	<b>(21.276)</b>	<b>(25.829)</b>
<b>Total</b>	<b>757.474</b>	<b>1.010.421</b>

## 2014

A tabela a seguir detalha a 4ª e a 5ª emissão de debêntures, em R\$ milhões:

	Indexador	Remuneração (Juros)	Controladora		Consolidado	
			12-2014	12-2013	12-2014	12-2013
4ª Emissão de Debêntures simples (a)	CDI	1,75% a.a	344.031	360.381	344.031	360.381
5.ª emissão + 1.ª emissão das controladas (b)	CDI	2,70% a.a	301.300	301.144	803.467	802.969
(-) Custos com 4ª emissão de Debêntures	-	-	(2.534)	(3.661)	(2.534)	(3.661)
(-) Custos com 5ª emissão + 1.ª emissão de debêntures das controladas	-	-	(16.321)	(18.062)	(25.469)	(28.024)
			<b>626.476</b>	<b>639.802</b>	<b>1.119.495</b>	<b>1.131.665</b>
<b>Circulante</b>			<b>107.927</b>	<b>26.091</b>	<b>109.073</b>	<b>26.920</b>
<b>Não Circulante</b>			<b>518.550</b>	<b>613.711</b>	<b>1.010.421</b>	<b>1.104.745</b>

- (a) Em 26 de março de 2012 a companhia concluiu a 4ª emissão de 350 (trezentos e cinquenta) debêntures simples não conversíveis em ações, em série única, com garantia fidejussória ("Debêntures"), para distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM no. 476/09. O valor total da emissão foi de R\$ 350.000, com vencimento em cinco anos contados a partir da data de emissão, com seis amortizações semestrais.
- (b) Em 18 de dezembro de 2013 foram concluídas as seguintes operações de emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia real adicional, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09: 5ª emissão de debêntures da JHSF Participações S.A. no valor de R\$ 300.000; 1ª emissão de debêntures da Companhia Administradora de Empreendimentos e Serviços no valor de R\$ 15.000; 1ª emissão de debêntures da Sustenta Comercializadora de Energia S.A. no valor de R\$ 20.000; 1ª emissão de debêntures da Sociedade Administradora de Estacionamento e Serviços S.A. no valor de R\$ 10.000; 1ª emissão de debêntures da JHSF Manaus Empreendimentos e Incorporações S.A. no valor de R\$ 94.000; 1ª emissão de debêntures do Shopping Cidade Jardim S.A. no valor de R\$ 140.000; 1ª emissão de debêntures do Vila Catarina Shopping S.A. no valor de R\$ 51.000; 1ª emissão de debêntures da Companhia Metro Norte no valor de R\$ 170.000. Todas as operações acima contam com 30 meses



de carência de principal contados da emissão, com amortizações programadas semestrais, sendo a primeira em 18/06/2016 e a última em 18/12/2023.

As parcelas do não circulante das emissões têm o seguinte cronograma de pagamento:

<b>Ano</b>	<b>12-2014</b>	<b>12-2013</b>
2015	-	96.250
2016	257.500	257.500
2017	178.750	178.750
2018	100.000	100.000
Após 2018	500.000	500.000
	<b>1.036.250</b>	<b>1.132.500</b>
<b>Custo</b>	<b>(25.829)</b>	<b>(27.755)</b>
<b>Total</b>	<b>1.010.421</b>	<b>1.104.745</b>

### (iii) grau de subordinação entre as dívidas

A subordinação entre os diferentes tipos de garantia é determinada de acordo com as disposições da legislação em vigor. As dívidas da Companhia ao final dos exercícios 2016, 2015 e 2014 eram da espécie quirografária ou com garantia real.

Os débitos com garantia real possuem preferência sobre os débitos quirografários. Na hipotética situação de inadimplemento do pagamento de dívidas tomadas pela Companhia, os bens dados em garantia real servirão prioritariamente para pagamento das dívidas que garantem.

A Companhia possuía, ao final de 2016, garantias reais, aos financiamentos descritos na tabela abaixo. As demais operações de financiamentos contraídos pela Companhia não contam com garantias reais.

<b>Empréstimos e Financiamentos com Garantia Real (R\$' milhares)</b>	<b>Saldo em 31/12/2016</b>
Debêntures	633.638
Capital de Giro	536.219
BNDES - Manaus	87.138
BNDES - Salvador	41.186
BNDES - Aeroporto	121.028
<b>Total Geral</b>	<b>1.419.208</b>



**(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário**

Cláusulas contratuais "covenants"

As debêntures possuem cláusulas restritivas, determinando alguns compromissos assumidos pela Companhia, que podem acarretar vencimento antecipado dos títulos, conforme abaixo demonstradas:

- Descumprimento de qualquer obrigação, pecuniária ou não, prevista na escritura de emissão das debêntures;
- Anulação, nulidade, inexecutabilidade ou questionamento, judicial ou extrajudicial, pela Interviente Garantidora e/ou por seus acionistas da garantia fidejussória ora pactuada;
- Inadimplemento ou vencimento antecipado não sanado em prazo previsto de qualquer dívida da emissora, de valor igual ou superior a R\$30.000, sem a devida contestação e comprovação da obrigação;
- Alteração do objeto social mudando substancialmente as atividades praticadas atualmente; e
- Protesto legítimo de títulos de valor igual ou superior a R\$10.000 sem devida resolução em até 5 (cinco) dias úteis.

A Companhia acompanha periodicamente o cumprimento das cláusulas contratuais de acordo com as regras contratuais (Dívida Líquida/PL<=1). Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não foram observadas evidências de descumprimentos das cláusulas contratuais.

**10.1.g. limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Todas as operações de crédito encontram-se desembolsadas.

**10.1.h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

Evidenciados no item 10.2. deste Formulário.

\* \* \* \* \*

**10.2 Resultado operacional e financeiro**

**2016 e 2015**

Entre 01 de Janeiro e 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou seus resultados divididos em três divisões de negócio operacionais (Renda Recorrente, Incorporação e Hotéis e Restaurantes), além dos resultados de seu escritório central administrativo (Holding). O aeroporto, ainda em fase pré-operacional, não gerou resultado no ano de 2016.



NOTA: Os valores apresentados neste item refletem a distribuição gerencial por Unidades de Negócios na visão da Administração da Companhia. Em seus totais, os saldos são iguais aos números contábeis apresentados na Demonstrações Financeiras Padronizadas, mas podem divergir em termos de alocação entre Unidade de Negócio ou entre linhas de resultado.

### *Receita Bruta*

---

A Receita Bruta Consolidada em 2016 atingiu R\$433,4 milhões, decréscimo de 37% vs. 2015. O desempenho decorre da redução em todas as unidades de negócios, sendo Renda Recorrente -3%, Hotéis e Restaurantes -1% e Incorporação -124%. Os Impostos sobre a Receita Bruta foram de R\$48,9 milhões em 2016 contra R\$55,1 milhões em 2015.

No negócio de Renda Recorrente, que compreende a operação de Shoppings, Serviços para Shoppings e Varejo, o crescimento apresentado pela divisão de Shoppings foi 4% para o 4T16 e também para 2016, que compensou parcialmente a queda de Receita das demais subdivisões, que decorreram (i) da alienação de algumas atividades de varejo de certas marcas internacionais, impactando o 'Varejo', e (ii) pela queda dos preços da energia elétrica vendida, impactando 'Outros Serviços'.

Ao longo de 2016 o negócio de Hotéis e Restaurantes adotou nova configuração societária, que visa simplificar processos internos. A mudança alterou o reconhecimento da Receita Bruta e dos impostos sobre a receita.

Na Incorporação a Receita Bruta do 4T16 foi impactada por provisionamento integral dos valores contratados no projeto Bosque Cidade Jardim, impacto de R\$62,7 milhões na Receita Bruta. No acumulado do ano, a queda da Receita Bruta reflete ainda distrato relevante de cliente-investidor na Fazenda Boa Vista, em julho de 2016, efeito de R\$40,4 milhões.

### *Custo dos Produtos e Serviços Vendidos*

---

O Custo dos Produtos e Serviços Vendidos Consolidado (CPSV) alcançou R\$231,1 milhões em 2016, redução de 36% vs. 2015.

No 4T16, a variação do Custo dos Produtos e Serviços Vendidos (CPSV) Consolidado decorreu principalmente da redução do CSPV do negócio de Incorporação, em função do estorno de custos ocorrido no projeto Bosque Cidade Jardim.

No ano, no negócio Renda Recorrente houve redução do CSPV decorrente da queda dos preços da energia elétrica vendida. No negócio Hotéis e Restaurantes houve estabilidade no CPSV. No negócio de Incorporação, houve impacto de distratos e do provisionamento já referido.

### *Resultado Bruto*

---

No ano, o Resultado Bruto Consolidado atingiu R\$153,4 milhões, queda de 44% e redução de três pontos percentuais da Margem Bruta.



### *Despesas Operacionais*

---

As Despesas Operacionais Consolidadas do ano de 2016 alcançaram R\$342,3 milhões, aumento de 168% em relação a 2015.

No negócio de Renda Recorrente, no ano, houve crescimento das Despesas Operacionais assim explicadas (i) Despesas Comerciais, por campanhas de marketing realizadas; e (ii) Despesas Administrativas, pelo pagamento de verbas trabalhistas (rescisões, luvas e bônus). No trimestre, houve redução de Despesas Operacionais em função de reversão de provisões.

No negócio de Hotéis e Restaurantes, no ano, a redução decorre principalmente da redução de Despesas Comerciais, bem como da maior eficiência operacional com a queda das Despesas Administrativas e reversão de provisões, em Outras Operacionais. Na comparação de trimestres, as Despesas se mantiveram estáveis.

Tanto no ano quanto no trimestre, as Despesas do negócio de Incorporação apresentaram redução decorrente do estorno de provisões sobre a carteira de recebíveis (efeito Bosque Cidade Jardim e do empreendimento “Horto Bela Vista”).

As Despesas da Holding, no ano, foram afetadas por (i) gastos com prestadores de serviços na estruturação de operações financeiras (venda dos ativos no exterior e reperfilamento de dívidas); (ii) ações de aprimoramento do programa de compliance; e (iii) pelo reconhecimento de perda, sem efeito caixa para a Companhia, com a venda do SMT, também afetando as Despesas do 4T16.

### *Propriedades Para Investimento e Valor Justo*

---

O Valor Justo das Propriedades para Investimento (“PPIs”), cuja avaliação é realizada anualmente por especialistas externos (Ernst & Young), utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado a taxas praticadas pelo mercado, apresentou apreciação de R\$35,6 milhões em 2016 (R\$313,9 milhões em 2015).

### *Resultado Financeiro Líquido*

---

Em 2016, o Resultado Financeiro Consolidado foi negativo em R\$286,3 milhões, aumento de 35% vs. 2015.

A Receita Financeira Consolidada de 2016 foi composta por (i) juros de promitentes compradores de R\$11,5 milhões; (ii) rendimento de aplicações financeiras, de R\$4,2 milhões; (iii) atualização da carteira imobiliária, de R\$3,1 milhões; (iv) variação cambial do ‘Contas a Receber’ de R\$1,3 milhão; e (v) outras receitas financeiras somando R\$2,4 milhões. A variação relativa a 2015 decorreu de menores volumes de recursos aplicados ao longo do ano.

A Despesa Financeira Consolidada foi composta por (i) juros sobre empréstimos e financiamentos, de R\$235,3 milhões; (ii) variações cambiais passivas relativas a financiamentos com o BNDES atrelados à cesta de moedas, de R\$20,1 milhões; (iii) despesas financeiras relacionadas a distratos reconhecidos em 2016, de R\$11,4; (iv) obrigações com parceiros em empreendimentos, de R\$10,2 milhões (remuneração dos cotistas do JHSF Rio Bravo Fazenda Boa Vista FII); (v) amortização de comissões relativas a rolagens e liquidações de dívidas realizadas ao longo do ano, de R\$8,9 milhões; (vi) IOF, de R\$5,3 milhões; e (ii) outras despesas de R\$20,5 milhões. A variação relativa a 2015 é explicada por maiores spreads bancários e fees por contratação de dívidas, lançados a despesa ao longo de 2016.



### Impostos sobre a Renda e Resultado Líquido

No ano, o Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro totalizou Prejuízo de R\$439,6 milhões e o Resultado Líquido, Prejuízo de R\$250,6 milhões em 2016, decréscimo de 328% vs. 2015, decorrente dos fatores acima mencionados.

### Depreciação e Amortização

A Depreciação e Amortização Consolidada apresentou crescimento de 5% e alcançou R\$16,6 milhões em 2016.

### EBITDA e EBITDA Ajustado (não auditado)

#### Ajustado e Reconciliação EBITDA

EBITDA Ajustado (R\$ milhões)	4T16	4T15	Var. %	2016	2015	Var. %
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>37,6</b>	<b>38,6</b>	<b>-3%</b>	<b>375,1</b>	<b>218,8</b>	<b>71%</b>
<i>Margem (% da Receita Líquida)</i>	<i>47%</i>	<i>27%</i>		<i>98%</i>	<i>35%</i>	
<b>Renda Recorrente</b>	<b>44,4</b>	<b>49,7</b>	<b>-11%</b>	<b>146,3</b>	<b>165,4</b>	<b>-12%</b>
<i>Margem (% da Receita Líquida)</i>	<i>65%</i>	<i>72%</i>		<i>58%</i>	<i>64%</i>	
<b>Hotéis e Restaurantes</b>	<b>4,9</b>	<b>6,0</b>	<b>-17%</b>	<b>20,2</b>	<b>23,0</b>	<b>-12%</b>
<i>Margem (% da Receita Líquida)</i>	<i>11%</i>	<i>12%</i>		<i>11%</i>	<i>13%</i>	
<b>Incorporação</b>	<b>3,3</b>	<b>(8,6)</b>	<b>-139%</b>	<b>(42,0)</b>	<b>62,5</b>	<b>-167%</b>
<i>Margem (% da Receita Líquida)</i>	<i>-10%</i>	<i>-34%</i>		<i>96%</i>	<i>33%</i>	
<b>Holding</b>	<b>(15,0)</b>	<b>(8,4)</b>	<b>77%</b>	<b>250,5</b>	<b>(32,1)</b>	<b>-880%</b>

O EBITDA Ajustado Consolidado, que exclui o efeito de fatores não recorrentes, cresceu 71% na comparação anual. Tanto na comparação trimestral quanto anual, registrou-se crescimento da Margem EBITDA Ajustada.

Reconciliação EBITDA e EBITDA Ajustado (R\$ milhões)	4T16	4T15	Var. %	2016	2015	Var. %
Resultado Líquido	(204,9)	88,6	-331%	(250,6)	109,7	-328%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(74,5)	82,0	-191%	(54,1)	109,9	-149%
Resultado Financeiro	75,8	55,5	36%	286,3	211,9	35%
Depreciação e Amortização	3,6	4,0	-10%	16,6	15,8	5%
<b>EBITDA</b>	<b>(200,0)</b>	<b>230,2</b>	<b>-187%</b>	<b>(1,8)</b>	<b>447,4</b>	<b>-100%</b>
Valor Justo das PPIs (Shoppings)	(19,6)	(246,9)	-92%	(35,6)	(313,9)	-89%
Resultado da Venda SMT	219,6	-	-	219,6	-	-
"Efeito" BCJ	32,0	-	-	51,9	-	-
Provisões	5,7	34,3	-83%	6,1	22,1	-72%
Resultado de Operações Descontinuadas	-	7,9	-	134,9	26,7	405%
Outros	-	13,2	-	-	36,5	-
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>37,6</b>	<b>38,6</b>	<b>-3%</b>	<b>375,1</b>	<b>218,8</b>	<b>71%</b>
<i>Margem (% da Receita Líquida)</i>	<i>47%</i>	<i>27%</i>		<i>98%</i>	<i>35%</i>	

#### 2015 e 2014

Entre 01 de Janeiro e 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentou seus resultados divididos em três divisões de negócio operacionais (Shoppings, Incorporação e Hotéis e Restaurantes), além dos resultados de seu escritório central administrativo (Holding). O aeroporto, ainda em fase pré-operacional, não gerou resultado no ano de 2015.

Em Outubro de 2015, a Companhia recebeu de seu Acionista Controlador proposta de venda de cinco empresas que controlam dois imóveis da Companhia em Nova York e empreendimento no Uruguai, que foram objeto de transação de



venda firmada em 29/02/2016. Dessa forma, **as informações do ano de 2014 foram apresentadas, de forma a permitir a comparabilidade dos resultados com os de 2015 – que refletem a venda dos ativos que a Companhia detinha no exterior.**

#### *Receita Bruta*

---

A Receita Bruta Consolidada em 2015 atingiu R\$686,0 milhões, aumento de 8,0% vs. 2014 – excluindo o efeito dos ativos internacionais destinados à venda, a Receita Bruta Consolidada atingiria R\$695,5 milhões, aumento de 6,9% vs. 2014 (R\$650,9 milhões). O desempenho decorre do crescimento dos negócios Shoppings e Hotéis e Restaurantes, 16,2% e 144,4%, respectivamente, e da redução de Incorporação, de 34,9%. Os Impostos sobre a Receita Bruta foram de R\$55,1 milhões em 2015 contra R\$47,8 milhões em 2014 – excluindo o efeito dos ativos internacionais destinados à venda, R\$55,1 milhões em 2015 e R\$48,1 milhões em 2014.

O crescimento da Receita Bruta de Shoppings decorre: (i) do desempenho dos shoppings do portfólio, com destaque para o SCJ e para inauguração e 1ª expansão do CFO (+R\$25,5 milhões vs. 2014); (ii) em ‘Serviços para Shoppings’, do crescimento dos preços cobrados relativos ao fornecimento de energia elétrica e serviços de telefonia (+R\$8,9 milhões vs. 2014); e (iii) no ‘Varejo’, da inauguração da loja Ralph Lauren, em Abril de 2015 – apesar da venda das operações das marcas ‘Emilio Pucci’ e ‘Hermès’, nos meses de Setembro e Outubro respectivamente – com crescimento da Receita dessa divisão em R\$4,9 milhões vs. 2014.

A Receita Bruta da Incorporação foi composta por: (i) vendas contratadas líquidas (R\$82,7 milhões) e atualização monetária da carteira de recebíveis (R\$21,4 milhões), totalizando R\$104,1 milhões em 2015, destaque para o crescimento de vendas no empreendimento Horto Bela Vista. A Receita dessa divisão de negócios foi negativamente impactada pela redução da velocidade de vendas no empreendimento Fazenda Boa Vista e embargo do projeto Bosque Cidade Jardim; e (ii) reconhecimento contábil de projetos pelo sistema POC (R\$92,7 milhões). No 4T15, efetuamos ajuste ao reconhecimento POC do projeto Residência Cidade Jardim – cujo ‘Habite-se’ foi obtido em Março de 2016 – decorrente de custos incorridos incrementais aos orçados anteriormente (R\$ 12,0 milhões). A queda da Receita de Incorporação é natural uma vez que a Companhia não realiza lançamentos desde 2013.

A Receita Bruta de Hotéis e Restaurantes foi beneficiada principalmente pela consolidação da receita dos Restaurantes durante todo o ano de 2015, enquanto, em 2014, só fizemos a partir de 14 de Novembro. Em Hotéis, houve redução de 2,5% da Receita Bruta vs. 2014, ano em que a atividade hoteleira foi positivamente impactada pela Copa do Mundo.

O Aeroporto Executivo, ainda pré-operacional, não apresentou resultado em 2015.

#### *Custo dos Produtos e Serviços Vendidos*

---

O Custo dos Produtos e Serviços Vendidos Consolidado (CPSV) alcançou R\$359,0 milhões em 2015, aumento de 20,0% vs. 2014, principalmente pelo efeito do CPSV de Hotéis e Restaurantes.

O crescimento do CPSV de Shoppings é grande parte explicado pelo aumento do custo energia elétrica revendida ao mercado pela subsidiária ‘Sustenta Energia’ (+R\$12,7 milhões vs. 2014).

O CPSV da Incorporação retraiu em função do menor volume de vendas em 2015 quando comparado ao ano de 2014, sendo composto por: (i) R\$39,3 milhões referente às vendas líquidas novas; e (ii) R\$103,6 milhões referente ao POC – custo incorrido relativo as unidades anteriormente vendidas, dos quais R\$ 11,9 milhões refere-se ao reconhecimento de excedente do custo orçado, principalmente no projeto Mena Barreto (‘Habite-se’ obtido em Março de 2016).



O crescimento do CPSV de Hotéis e Restaurantes, no ano de 2015, está associado ao período mais longo em que consolidamos as atividades de Restaurantes em 2015 vs. 2014. Na divisão de Hotéis não houve variação expressiva.

#### *Resultado Bruto*

---

No ano, o Resultado Bruto Consolidado atingiu R\$271,8 milhões, queda de 5,7% e redução de 6 pontos percentuais da Margem Bruta. Os negócios de Shoppings e Hotéis e Restaurantes compensaram parcialmente a queda de Incorporação.

#### *Despesas Operacionais*

---

As Despesas Operacionais Consolidadas do ano de 2015 alcançaram R\$127,5 milhões, redução de R\$43,9 milhões em relação a 2014, ou 25,6%. Se excluídos os itens não recorrentes líquidos contabilizados nos anos de 2015 e 2014, as Despesas Operacionais totalizariam R\$92,8 milhões em 2015, redução de R\$40,4 milhões vs. 2014 (R\$133,2 milhões).

No negócio de Shoppings, houve crescimento de 12,4% nas Despesas Operacionais, impactadas principalmente pelo aumento das Despesas Administrativas do 'Varejo', em reflexo ao início de operação da Ralph Lauren, em Abril de 2015 (+R\$4,4 milhões vs. 2014). Adicionalmente, as Despesas Administrativas de 2015 consolidam bônus pagos aos colaboradores, os quais não foram contabilizados em 2014. A variação das Despesas Comerciais é explicada pela redução dos gastos com marketing, publicidade e propaganda relativos à inauguração do CFO, em Outubro de 2014. No 4T15, houve a contabilização de R\$10,1 milhões de provisões comerciais na linha Outras Despesas.

No negócio de Incorporação, houve redução de R\$39,4 milhões nas Despesas Operacionais (54,5% vs. 2014). O aumento das Despesas Comerciais está atrelado ao maior reconhecimento POC em 2015 vs. 2014. A redução das Despesas Administrativas, em 31,1% reflete o foco da Companhia em seu programa de redução de despesas iniciado no final do ano de 2014. As Outras Despesas foram substancialmente inferiores as incorridas em 2014, essencialmente provisões para ajuste na carteira vencida do Contas a Receber.

No negócio de Hotéis e Restaurantes, houve aumento de 172,9% nas Despesas Operacionais, tendo em vista que as despesas dos Restaurantes foram contabilizadas durante todo o ano de 2015, enquanto, em 2014, apenas a partir de 14 de Novembro.

Na Holding, as Despesas Operacionais apresentaram redução de 37,6% vs. 2014. A redução das Despesas Administrativas reforça comprometimento da Companhia no programa de redução de G&A. As Outras Despesas foram positivas em função da imobilização de gastos pré-operacionais e capitalização de estoques em projetos.

#### *Propriedades Para Investimento e Valor Justo*

---

O Valor Justo das Propriedades para Investimento ("PPIs"), cuja avaliação é feita anualmente por especialistas externos (Ernst & Young), utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado a taxas praticadas pelo mercado, apresentou apreciação de R\$313,9 milhões em 2015 (R\$123,5 milhões em 2014). A principal valorização ocorreu no empreendimento SCJ.

#### *Resultado Financeiro Líquido*

---

Em 2015, o Resultado Financeiro Consolidado foi negativo em R\$211,9 milhões, aumento de 61,6% vs. 2014.



A Receita Financeira, que caiu 29,6% frente a 2014, decorre de menores volumes de recursos aplicados ao longo do ano e apresentou a seguinte composição: (i) rendimento de aplicações financeiras, de R\$11,5 milhões; (ii) atualização da carteira imobiliária, de R\$27,4 milhões; (iii) variação cambial do 'Contas a Receber' totalizando R\$15,7 milhões; e (iv) outras receitas financeiras que somaram R\$4,4 milhões.

A variação da Despesa Financeira decorre, sobretudo, (i) de efeitos de variação monetária sobre empréstimos tomados junto ao BNDES com indexação atrelada à Cesta de Moedas, totalizando R\$28,2 milhões, e (ii) ao aumento da taxa dos Certificados de Depósito Interbancários, que indexam cerca de 63% da dívida da Companhia.

Em 2015, a Despesa Financeira foi composta por: (i) juros sobre empréstimos e financiamentos, de R\$232,8 milhões; (ii) obrigações com parceiros em empreendimentos, de R\$14,7 milhões (remuneração dos cotistas do JHSF Rio Bravo Fazenda Boa Vista FII); (iii) amortização de comissões relativas a empréstimos, de R\$6,6 milhões; e (iv) outras despesas de R\$16,8 milhões.

#### *Resultado de Ativos Destinados à Venda*

---

O Resultado dos Ativos Destinados à Venda totalizou prejuízo de R\$26,7 milhões em 2015 (prejuízo de R\$8,4 milhões em 2014).

#### *Impostos sobre a Renda e Resultado Líquido*

---

No ano, o Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro totalizou R\$109,9 milhões, sendo: (i) impostos correntes de R\$14,2 milhões; (ii) impostos diferidos de R\$131,7 milhões (Vs. R\$41,9 milhões em 2014), principalmente relativos à apreciação das PPIs; e (iii) crédito de R\$35,9 milhões sobre prejuízo fiscal acumulado. O Resultado Líquido totalizou R\$109,7 milhões em 2015, crescimento de 154,6% vs. 2014.

#### *Depreciação e Amortização*

---

A Depreciação e Amortização Consolidada apresentou crescimento 89,4% e alcançou R\$15,8 milhões em 2015. A variação no negócio de Shoppings é explicada pelo reconhecimento de créditos fiscais extemporâneos de PIS e COFINS sobre a depreciação fiscal de 2014. Em Hotéis e Restaurantes, a variação ocorre em função da consolidação das operações de Restaurante.



EBITDA e EBITDA Ajustado (não auditado)

Reconciliação EBITDA e EBITDA Ajustado (R\$ milhões)	2015	2014	Var. %
Resultado Líquido	109,7	43,1	154,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	109,9	57,7	90,4%
Resultado Financeiro	211,9	131,2	61,6%
Depreciação e Amortização	15,8	8,3	89,9%
<b>EBITDA</b>	<b>447,4</b>	<b>240,3</b>	<b>86,2%</b>
Valor Justo das PPIs (Shoppings)	(313,9)	(123,5)	154,1%
Aluguel Garantido (Incorporações)	5,0	10,8	-54,1%
Juros Capitalizados no CPV (Incorporações)	0,4	8,3	-95,3%
Excedente de Custo (Incorporações)	25,1	33,6	-25,3%
Provisões	22,1	24,1	-8,4%
Custos e Despesas com Rescisões	11,5	3,6	219,4%
Outros	(5,5)	5,0	-209,5%
Resultado de Ativos Destinados à Venda	26,7	8,4	218,6%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>218,8</b>	<b>210,6</b>	<b>3,9%</b>
<b>Margem (% da Receita Líquida)</b>	<b>35%</b>	<b>36%</b>	

O EBITDA Ajustado Consolidado cresceu 3,9%, alcançando R\$218,8 milhões em 2015, decorrente do crescimento de Shoppings (+15,7% vs. 2014) e Hotéis e Restaurantes 51,6% vs. 2014). A Margem Consolidada apresentou redução de um ponto percentual, refletindo a redução de Margem dos negócios de Incorporação e Hotéis e Restaurantes.

EBITDA Ajustado (R\$ milhões)	2015	2014	Var. %
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>218,8</b>	<b>210,6</b>	<b>3,9%</b>
<b>Margem (% da Receita Líquida)</b>	<b>35%</b>	<b>36%</b>	
Shoppings	165,4	143,0	15,7%
Margem (% da Receita Líquida)	64%	64%	
Incorporação	62,5	108,6	-42,5%
Margem (% da Receita Líquida)	33%	38%	
Hotéis e Restaurantes	23,0	15,2	51,6%
Margem (% da Receita Líquida)	13%	20%	
Holding	(32,1)	(56,2)	-42,9%

\* \* \* \* \*



### 10.3 Efeitos relevantes nas Demonstrações Financeiras

#### 10.3.a. introdução ou alienação de segmento operacional

##### Operações descontinuadas

Em 13 de maio de 2016 a Companhia concluiu a venda de parte dos seus ativos no exterior, de acordo com os termos da Proposta Vinculante aprovada em Reunião do Conselho de Administração de 19 de janeiro de 2016. Em 30 de setembro de 2016 a Companhia concluiu a venda do restante de seus ativos no exterior. A conclusão da transação gerou o seguinte resultado para a Companhia:

	JHSF NY	JHSF USA	JHSF Uruguay	JHSF Internac.	JHSF NY II	Total
Valor de Venda PL (US\$)	24.409	1.211	-	722	8.151	34.493
Taxa de câmbio no fechamento da operação	3,5041	3,5041	3,5041	3,5041	3,5041	3,5041
<b>Valor da Venda em Reais</b>	<b>85.533</b>	<b>4.242</b>	<b>170.650</b>	<b>2.530</b>	<b>28.562</b>	<b>291.517</b>
<b>Custos das Sociedades Transacionadas:</b>						
Investimento	(39.275)	(1.760)	(67.569)	(3.027)	(29.913)	(141.544)
AFAC	(54.637)	(3.545)	(79.702)	-	-	(137.884)
<b>Custo Total das Sociedades Transacionadas (R\$)</b>	<b>(93.912)</b>	<b>(5.306)</b>	<b>(147.271)</b>	<b>(3.027)</b>	<b>(29.913)</b>	<b>(279.428)</b>
<b>Resultado da Operação</b>	<b>(8.379)</b>	<b>(1.064)</b>	<b>23.379</b>	<b>(496)</b>	<b>(1.351)</b>	<b>12.089</b>
<b>(+) Variação cambial acumulada no PL</b>	<b>33.255</b>	<b>(11.912)</b>	<b>93.816</b>	<b>-</b>	<b>15.846</b>	<b>131.005</b>
<b>Resultado da Operação Antes de Ajustes Contratuais</b>	<b>24.876</b>	<b>(12.975)</b>	<b>117.194</b>	<b>(496)</b>	<b>14.495</b>	<b>143.094</b>
Transferência Adicional de Dívida - Uruguay (USD 8.460)	-	-	(27.465)	-	-	(27.465)
Ajuste de Preço JHSF NYII (USD 2.950)	-	-	-	-	9.576	9.576
Custos Adicionais das Sociedades Transacionadas	-	-	-	-	-	-
<b>Resultado da Transação de Venda de Sociedades</b>	<b>24.876</b>	<b>(12.975)</b>	<b>89.730</b>	<b>(496)</b>	<b>24.071</b>	<b>125.206</b>

O resultado líquido das Operações Descontinuadas está classificado na demonstração do resultado consolidado na linha de Resultado de Operações Descontinuadas.

#### 10.3.b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em dezembro de 2016, foram concluídas as alienações de participação de 100% do Shopping Metrô Tucuruvi à REC 2015 Empreendimentos e Participações IV S.A., e de 33% do Shopping Cidade Jardim à Gazit Brasil.

\* \* \* \* \*

### 10.4 Mudanças práticas contábeis/ressalvas e ênfases

#### 10.4.a. mudanças significativas nas práticas contábeis e 10.4.b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não há.

#### 10.4.c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não há.

\* \* \* \* \*



## **10.5 Políticas contábeis críticas**

### **Contexto operacional**

A JHSF Participações S.A. (“Companhia”) com sede na Avenida Magalhães de Castro, 4.800 Torre 3 Continental Tower - 26º andar, São Paulo – SP, é uma sociedade por ações de capital aberto, cadastrada na Comissão de Valores Mobiliários sob o código 20605 sendo suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo sob a sigla JHSF3, constituída em 29 de Junho de 2006, com o objetivo principal de atuar como holding, participando do capital de outras sociedades, dedicadas primariamente às atividades de construção e exploração de shoppings centers, à incorporação, compra e venda de imóveis residenciais e comerciais, compra e venda de mercadorias, à locação de imóveis comerciais próprios, à prestação de serviços de administração, à exploração de atividades hoteleiras e turísticas em geral, assessoria, consultoria e planejamento, operação e gestão de aeródromo.

### **Base de elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas**

#### **Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil, aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo a Orientação OCPC 04 – Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras, no que diz respeito ao reconhecimento de receitas e respectivos custos e despesas decorrentes de operações de incorporação imobiliária durante o andamento da obra (método da percentagem completada – POC). Nessas demonstrações são eliminadas as rubricas contábeis que representem operações entre controladas da Companhia, assim como é realizada a reclassificação das parcelas do ágio, sendo destacada a participação dos não controladores.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso do consolidado, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis em função da opção pela manutenção do saldo de ativo diferido nos balanços individuais das investidas, existente em 31 de dezembro de 2007, que vem sendo amortizado. Desta forma, o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas demonstrações financeiras individuais são diferentes. Em 31 de dezembro de 2016 estes efeitos foram de R\$2.222 (R\$3.873, em 2015) no resultado e de R\$2.764 (R\$3.621, em 2015) no patrimônio líquido.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão pela Administração da Companhia. As demonstrações financeiras consolidadas apresentam os saldos e transações da Companhia e de suas controladas.

#### **Aprovação das Demonstrações Financeiras**

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2017.



## Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora e de suas controladas.

## Transações em moeda estrangeira (dólar)

São convertidas para a moeda funcional do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

## Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem diferir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício contábil estão divulgadas a seguir:

- i. **Nota explicativa 6(e)** – reconhecimento de receitas de incorporação imobiliária: premissas relacionadas à estimativa do custo orçado utilizado para aplicação do método de porcentagem de conclusão da obra (POC), conforme Orientação Técnica OCPC 04;
- ii. **Notas explicativas 6(m) e 22** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- iii. **Nota explicativa 6(i)** - teste de redução ao valor recuperável: premissas em relação aos valores recuperáveis;
- iv. **Notas explicativas 6(d) e 9** - constituição de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa;
- v. **Notas explicativas 6(p) e 20** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; e
- vi. **Nota explicativa 6(g) e 16** - reconhecimento do valor justo das propriedades para investimentos.

## Mensuração a valor justo

Algumas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar regularmente todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte ao Diretor Financeiro. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, são utilizadas para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Comitê de Auditoria da Companhia.



Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 16.

### **Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Títulos e valores mobiliários mensurados e reconhecidos pelo valor justo; e
- Propriedades para investimento que são mensuradas pelo valor justo.

### **Principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

#### **(a) Base de consolidação**

**i. Controladas** - As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

**ii. Investimentos em entidades avaliadas pelo método da equivalência patrimonial** - Os investimentos da Companhia em entidades avaliadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas. Coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia exerce, direta ou indiretamente, influência significativa, mas não controle ou controle em conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, incluindo os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixa de existir.

**iii. Operações no exterior** - Quando uma operação no exterior (controlada, coligada ou entidade controlada em conjunto) é alienada, o valor acumulado em conta de ajuste de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado como parte do resultado na alienação.



Quando a alienação é de apenas uma parte do investimento de controlada que inclua operação no exterior, de forma que o controle seja mantido, a parcela correspondente de tal valor acumulado é reatribuída à participação dos acionistas não controladores. Em quaisquer outras alienações parciais de operação no exterior, a parcela correspondente à alienação é reclassificada para o resultado. Durante o exercício de 2016, a Companhia alienou integralmente sua participação em controladas no exterior, conforme demonstrado na nota explicativa 12.

**iv. Participação de acionistas não controladores** - A Companhia mensura qualquer participação de não controladores pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma controlada que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

**v. Transações eliminadas na consolidação** - Os saldos e transações entre as empresas consolidadas foram eliminados no processo de consolidação. Ganhos e perdas decorrentes das transações entre empresas da Companhia são igualmente eliminadas.

**(b) Informações por segmento** - As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido à Diretoria Executiva, principal tomador de decisões estratégicas e operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho.

A Companhia faz a gestão das operações pelos seguintes segmentos: renda recorrente (sendo a mais relevante a gestão de shoppings centers), incorporação imobiliária, hotéis e restaurantes, e escritório central administrativo (“holding”).

**(c) Demonstração do valor adicionado** - A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, e para as IFRS como informação financeira suplementar.

**(d) Instrumentos financeiros** – São classificados de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos no reconhecimento inicial, conforme as seguintes categorias:

#### **i. Ativos financeiros não derivativos - mensuração**

**Mensurados ao valor justo por meio do resultado** – Mantidos para negociação e adquiridos com o propósito de venda no curto prazo, estes instrumentos são mensurados ao valor justo, considerando a inclusão do risco de crédito das contrapartes no cálculo dos instrumentos.

**Mantidos até o vencimento** - Com pagamentos fixos ou definidos e que não são cotados em um mercado ativo, são mensurados inicialmente a valor justo, e subsequentemente pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

**Disponíveis para vendas** – Não classificados nas demais categorias, são mensurados ao valor justo, sendo as variações do valor justo até o momento da realização registrado no patrimônio líquido. Na realização desses ativos, o valor justo é reclassificado para a demonstração do resultado do exercício.

**Empréstimos e recebíveis** – Com pagamentos fixos ou definidos e que não são cotados em um mercado ativo, são mensurados inicialmente a valor justo, e subsequentemente pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

**Caixa e equivalentes de caixa** - Numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis (saldos em contas correntes bancárias) e aplicações financeiras de curto prazo, com vencimento inferior a 90 dias, prontamente



convertíveis em montante conhecido de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

**Contas a Receber e Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)** - Decorrentes principalmente da venda de imóveis - conforme os critérios da Nota 6 (e) - de locações comerciais e da prestação de serviços, são apresentadas a valores presentes. A PECLD é constituída por valor considerado suficiente para cobrir as perdas na realização dos créditos da operação, considerando os seguintes critérios:

- Atividades de shoppings e locações comerciais: provisão de 100% para os saldos de clientes com dívidas vencidas há mais de 365 dias e clientes vencidos há menos de 365 dias cuja negociação não demonstre uma possibilidade real de quitação da dívida.

- Atividade de venda de imóveis: análise individual dos clientes, considerando-se o percentual de inadimplência do saldo vencido em relação ao total da venda para mensuração do percentual necessário de provisão, conforme demonstrado abaixo:

<b>Índice de Inadimplência</b>	<b>% de Provisão</b>
De 0% à 9%	0%
De 10% à 20%	10%
De 21% à 30%	20%
De 31% à 50%	40%
De 51% à 70%	50%
De 71% à 100%	60%

**Obrigações com parceiros em empreendimentos** - Registradas quando do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação e ajustadas dos encargos financeiros e das baixas pela liquidação das obrigações.

ii. **Passivos financeiros não derivativos – mensuração** - Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado se mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

**Ajuste a valor presente de ativos e passivos** - Os ativos e passivos monetários de longo prazo, bem como os relevantes de curto prazo, são avaliados e ajustados a valor presente, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais previstos.

As vendas a prazo de unidades imobiliárias não concluídas são descontadas a valor presente, tendo em vista que os montantes contratados não incluem o componente de juros. O reconhecimento do ajuste a valor presente é realizado no resultado do exercício no grupo de receitas de incorporação imobiliária. Para os demais ativos e passivos sujeitos ao reconhecimento a valor justo, os ganhos ou perdas são contabilizados no resultado financeiro.

A taxa de desconto utilizada possui como fundamento a taxa média dos empréstimos e financiamentos obtidos, líquida dos efeitos inflacionários do INCC, e são comparadas à remuneração da NTN-B, utilizando-se a maior taxa apurada.

**(e) Reconhecimentos contábeis específicos aplicados na atividade de incorporação imobiliária**

A apropriação do resultado das vendas de imóveis se dá da seguinte forma:



**i. Vendas de unidades não concluídas** - A receita de incorporação imobiliária representa o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de unidades imobiliárias, e é apresentada líquida dos impostos, dos distratos, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre controladas da Companhia, e incluem a atualização monetária dos contratos com base na variação do Índice Nacional da Construção Civil – INCC.

Na venda de unidades não concluídas dos empreendimentos lançados que não mais estejam sob os efeitos da correspondente cláusula resolutiva constante em seu memorial de incorporação, foram observados os procedimentos e as normas estabelecidos pelo pronunciamento técnico CPC 30 para o reconhecimento da receita de venda de bens com a transferência continuada dos riscos e benefícios mais significativos inerentes à sua propriedade. O enquadramento dos contratos de venda dos empreendimentos para fins de aplicação da referida norma foi efetuado com base na orientação técnica OCPC 04, a qual norteou a aplicação da interpretação técnica ICPC 02 às entidades de incorporação imobiliária brasileira.

A partir das referidas normas, e levando em consideração os procedimentos contábeis aplicáveis previstos pela orientação técnica OCPC 01 (R1), a Companhia utiliza o método de porcentagem de conclusão da obra (POC) para contabilizar seus contratos de venda de unidades nos empreendimentos de incorporação imobiliária.

O uso desse método requer que sejam estimados os custos a serem incorridos até o término da construção e a entrega das chaves das unidades imobiliárias pertencentes a cada empreendimento para estabelecer uma proporção em relação aos custos já incorridos.

Para a determinação do montante a ser reconhecido como receita de vendas de unidades não concluídas, a Companhia apura o percentual do custo incorrido das unidades vendidas, em relação a seu custo total orçado até o final da obra e entrega das chaves, e aplica o percentual sobre o valor justo da venda das unidades vendidas, reconhecendo as receitas de vendas e os custos relacionados à unidade imobiliária vendida, no resultado do exercício, em contrapartida do contas a receber.

O valor do contas a receber é determinado pelo montante das receitas acumuladas reconhecidas deduzidas das parcelas recebidas e da provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa e/ou provisão para distratos. Caso o montante das parcelas recebidas seja superior ao da receita acumulada reconhecida, a diferença é alocada como adiantamento de clientes, no passivo, assim como os valores recebidos por vendas de unidades não concluídas dos empreendimentos lançados que ainda estejam sob os efeitos da correspondente cláusula resolutiva constante em seu memorial de incorporação.

O custo incorrido (incluindo o custo do terreno) correspondente às unidades vendidas é apropriado integralmente ao resultado pela evolução financeira do empreendimento.

Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou extensão do prazo para conclusão, as estimativas iniciais são revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e são refletidos no resultado no exercício em que a Administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

**ii. Vendas de unidades concluídas** - Nas vendas de unidades concluídas, a receita de venda e o respectivo custo das unidades concluídas são reconhecidos no resultado do exercício no momento da entrega das chaves, quando os riscos e benefícios mais significativos inerentes à sua propriedade são transferidos. Após a entrega das chaves das unidades comercializadas, a atualização monetária das contas a receber passa a ser calculada pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, IPCA ou pelo CDI, apropriados de forma “pro rata temporis”. Nessa fase, a atualização monetária e os juros passam a ser registrados como receita financeira pelo método da taxa efetiva de juros e não mais integram a base para determinação da receita de vendas.



**iii. Imóveis a comercializar** – Referem-se a todo o custo de aquisição ou permuta do terreno, gastos com projeto e legalização do empreendimento, materiais, mão de obra (própria ou contratada) e outros custos de construção relacionados, incluindo encargos financeiros de contas a pagar por aquisição de terrenos e das operações de financiamento, incorridos durante o período de construção, necessários para a realização do empreendimento de incorporação imobiliária.

Para os imóveis em construção, a parcela em imóveis a comercializar corresponde ao custo incorrido alocado às unidades que ainda não foram comercializadas.

**iv. Despesas Comerciais** - Os gastos incorridos e diretamente relacionados à construção de estande de vendas e do apartamento modelo, acrescidos dos valores de aquisição das mobílias e decoração, são registrados no ativo imobilizado, desde que o prazo esperado para a sua utilização e geração de benefícios ultrapasse o período de 12 meses, e são depreciados de acordo com o prazo de vida útil estimado. A despesa de depreciação desses ativos é reconhecida em despesas comerciais e não causa impacto na determinação do percentual de evolução financeira dos empreendimentos.

As comissões sobre vendas, quando arcadas pela entidade de incorporação, são registradas como despesas antecipadas e são apropriadas ao resultado como despesas comerciais, com base no percentual de evolução da obra.

**(f) Imobilizado** - Mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("impairment"). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens e reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. A vida útil de cada item do ativo imobilizado está descrita na nota explicativa 15.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados, se necessário.

**(g) Propriedades para investimentos** - São propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital, compostas por terrenos, maquinários, instalações e edifícios em shopping centers. São inicialmente mensuradas pelo custo, incluindo custos das transações, e subsequentemente mensuradas pelo valor justo e classificadas como nível 3, e quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

As avaliações são efetuadas por especialistas externos independentes, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado a taxas praticadas pelo mercado, e revisadas periodicamente pela Companhia.

**(h) Ativos Intangíveis e ágio** - Mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e eventuais perdas do valor recuperável. Os ágios, que possuem como fundamento econômico a rentabilidade futura (sem prazos definidos) estão sujeitos a teste de avaliação do valor recuperável anualmente ("Impairment").



**(i) Redução a valor recuperável (“Impairment”)** - Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia reavaliou o valor recuperável de seus ativos e não apurou perdas a serem constituídas. Esse procedimento é realizado anualmente.

As premissas utilizadas para o cálculo do valor recuperável dos ativos são baseadas nos fluxos de caixa esperados descontados a valor presente, em estudos de viabilidade econômica ou no valor de mercado.

**(j) Ativos financeiros não-derivativos** - Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: inadimplência ou atrasos do devedor; reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo. A Companhia considera um declínio de 20% como significativo e o período de 12 meses como prolongado.

**Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado** - A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

**Ativos financeiros disponíveis para venda** - Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado. A perda reclassificada é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, diminuído de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Caso o valor justo de um título de dívida, para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável, apresente aumento e, esse aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida, então a perda é revertida e o valor da reversão é reconhecido no resultado.

Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não são revertidas.



**Investidas avaliadas pelo método da equivalência patrimonial** - Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

**(k) Ativos não financeiros** - Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não as propriedades para investimentos e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

**(l) Ativo não circulante disponível para a venda e operações descontinuadas** - A Companhia classifica um ativo não circulante como disponível para a venda e operações descontinuadas se o seu valor contábil for recuperado por meio de transação de venda. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros.

Para que a venda seja altamente provável, a Administração deve estar comprometida com o plano de venda do ativo, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. Além disso, o ativo disponível para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Ainda, deve-se esperar que a venda seja concluída em até um ano a partir da data da classificação, a menos que eventos fora do controle da Companhia alterem esse período.

O ativo não circulante mantido para a venda é mensurado pelo menor entre seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Caso o valor contábil seja superior ao seu valor justo, uma perda por impairment é reconhecida na demonstração de resultado do exercício. Qualquer reversão ou ganho somente será registrado até o limite da perda reconhecida.

Os ativos, passivos e o resultado das operações descontinuadas relacionados aos ativos disponíveis para venda são apresentados em linhas únicas no ativo, no passivo e na demonstração do resultado consolidado.

**(m) Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis** - As provisões fiscais, trabalhistas e cíveis são constituídas sempre que forem prováveis uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta à opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais. Os riscos classificados como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgados, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação.

**(n) Benefícios a empregados** - Obrigações de benefícios a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**(o) Acordos de pagamento baseado em ações** - O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (vesting date). O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal.



Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (*non-vesting conditions*), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

**(p) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (IRPJ e CSLL)** - O IRPJ e a CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para o IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para a CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Conforme facultado pela legislação tributária, algumas controladas da Companhia optaram pelo lucro presumido. Para essas sociedades, a base de cálculo do IRPJ é calculada a razão de 8% (incorporação imobiliária, inclusive atualização monetária) e 32% (prestação de serviços e locações), a da CSLL a razão de 12% (incorporação imobiliária), 32% (prestação de serviços e locações) e 100% sobre as demais receitas, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares dos respectivos tributos.

Adicionalmente, como também facultado pela legislação tributária, certas controladas efetuaram a opção irrevogável pelo Regime Especial de Tributação - RET, adotando o patrimônio de afetação, segundo o qual o imposto de renda e a contribuição social são calculados à razão de 1,92% sobre as receitas brutas (4% também considerando a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e o Programa de Integração Social - PIS sobre as receitas, a partir da Medida Provisória nº 601). Parte dos ativos do segmento de incorporação da Companhia, 3,41% (14,25%, em 2015), como facultado pela Lei nº 10.931/04.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou conhecidas na data do balanço. Os passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IRPJ e CSLL diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

**(q) Apuração do resultado** - Conforme descrito na nota explicativa 34, a Companhia possui quatro segmentos geradores de receitas. As receitas, os custos e as despesas são reconhecidos de acordo com o princípio contábil da Competência, e para o segmento de incorporação imobiliária conforme mencionado na nota explicativa 6(e).

Para os demais segmentos, as receitas operacionais são reconhecidas quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da



receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

As receitas de locações relacionadas às propriedades para investimentos (“shoppings centers”) são reconhecidas no resultado pelo método linear durante o prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total, pelo período do arrendamento. As receitas de cessões de direitos a lojistas são diferidas e apropriadas ao resultado pelo método linear durante o prazo do arrendamento.

**(r) Distribuição de dividendos** - A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas suas demonstrações no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

**(s) Lucro por ação** - Calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores e a média ponderada das ações ordinárias em circulação. O resultado por ação diluído é calculado por meio da média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41.

\* \* \* \* \*

## 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

### 10.6.a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*).

Devido ao método de realização de receitas pertinentes as incorporações imobiliárias, conforme mencionado no item 10.5, existem vendas contratadas de empreendimentos já lançados que ainda não foram totalmente registrados nas receitas em contrapartida do ‘contas a receber’, bem como a obrigação de construção dessas unidades, permanecendo assim saldos a realizar não registrados no balanço patrimonial, conforme tabela abaixo:

R\$' milhões	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Receitas de vendas contratadas a apropriar	6,05	26,43	114,0
Compromissos de construção com unidades vendidas a apropriar	(3,5)	15,2	59,6
Despesas com vendas a apropriar	1,7	1,1	7,2

Trata-se do quanto falta a reconhecer da receita, custos e despesas das incorporações, considerando apenas o que foi vendido (sistema (POC) de contabilização) das demonstrações financeiras completas e na linha ‘despesas com vendas a apropriar’ do balanço patrimonial dos anos de 2016, 2015 e 2014.

O saldo de contas a receber a serem apropriadas no Balanço Patrimonial (*off-balance*) dos anos de 2016, 2015 e 2014 pode ser demonstrado na tabela abaixo:



R\$' milhões	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Contas a receber reconhecidas (Balanço Patrimonial)	564,7	560,9	578,8
Contas a receber a serem apropriadas (backlog, off-balance)	(3,8)	51,5	105,8
Adiantamento de clientes (Balanço Patrimonial)	(8,7)	(17,3)	(37,5)
<b>Total de contas a receber com venda de Imóveis</b>	<b>552,2</b>	<b>595,2</b>	<b>647,1</b>

(\*) A tabela acima apresenta apenas os números da divisão de Incorporações.

#### **10.6.b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não se aplica

\* \* \* \* \*

#### **10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados**

##### **10.7.a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

As demonstrações financeiras da Companhia serão afetadas pelo reconhecimento de receitas, custos e despesas conforme evoluírem o custo das obras de construção, conforme explicado no item 10.6 acima.

##### **10.7.b. natureza e o propósito da operação**

Não se aplica.

##### **10.7.c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Vide efeitos evidenciados no item 10.6.

\* \* \* \* \*

#### **10.8 - Plano de negócios**

##### **10.8.a. investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos e (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.**

O valor do orçamento de capital no ano corrente totaliza R\$71 milhões, sendo aproximadamente R\$37 milhões para o projeto do aeroporto, R\$32 milhões para a Renda Recorrente e o restante, cerca de R\$ 2 milhões, essencialmente nas



atividades de Hotéis e Restaurantes. A estimativa da Administração é utilizar da geração operacional de caixa, que pode incluir permuta de ativos, para a realização do plano de investimentos.

**10.8.b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não se aplica.

**10.8.c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.**

Não se aplica.

\* \* \* \* \*

**10.9 - Outros fatores com influência relevante**

As Demonstrações Financeiras de 2016 refletem diversos itens não recorrentes que derivaram, principalmente, das ações tomadas, em linha com a estratégia da Companhia, para aprimorar a estrutura de capital, destacadamente (i) a perda contábil na alienação de negócios, (ii) o reconhecimento antecipado de despesas financeiras diferidas associadas a contratos de financiamento liquidados de forma antecipada com os recursos provenientes das vendas de ativos, (iii) *spreads* bancários que foram reduzidos com o pagamento das referidas dívidas, e (iv) efeitos de distratos e provisões no negócio de **Incorporação**.

**Ajuste à Estrutura de Capital**

No ano de 2016 a Companhia e suas Controladas realizaram a (i) venda de ativos mantidos no exterior (imóvel comercial em Manhattan, imóvel residencial em construção em Manhattan e empreendimento em Punta del Leste), (ii) venda da Companhia Metro Norte, concessionária do empreendimento Shopping Metrô Tucuruvi ("SMT") e, (iii) 33% do imóvel onde opera o SCJ.

Os recursos oriundos dessas transações foram utilizados no processo de aprimoramento da estrutura de capital da Companhia e permitiram reduzir o capital alocado, com efeito imediato estimado na redução do endividamento em cerca de **R\$1,5 bilhão** sobre o saldo apurado em setembro de 2015, época em que o processo foi iniciado.

Em decorrência dessa redução, estimamos economia anual de juros, com impacto caixa, da ordem de **R\$252 milhões**. Adicionalmente, em se confirmando a tendência da queda da taxa de juros, o custo nominal da dívida remanescente, de **R\$ 1,2 bilhão**, será menor que o verificado em 2016, uma vez que **83%** do endividamento da Companhia está atrelado ao CDI.



NOTA: A dívida bruta em dezembro de 2016 foi ajustada pelo recebimento de R\$260 milhões, em 02/01/2017.

### Ambiente de Negócios nos Setores de Atuação da Companhia em 2016

O Índice de Confiança do Consumidor (“ICC”) encerrou o ano de 2016 com o menor patamar desde junho. Pelo segundo mês consecutivo houve diminuição da satisfação dos consumidores em relação à situação presente e piora das expectativas em relação aos meses seguintes. O Índice da Situação Atual recuou para menor nível da série histórica, enquanto o Índice de Expectativas caiu também atingindo o menor patamar desde Junho de 2016 <sup>1</sup>.

A indústria de shoppings demonstrou resiliência ao período de recessão econômica <sup>2</sup>, com crescimento de vendas de 4,3% vs. 2015, atingindo R\$157,9 bilhões <sup>3</sup>.

No turismo, o ano foi marcado (i) pelos Jogos Olímpicos Rio 2016, e (ii) pela instabilidade político-econômica. Os resultados consolidados de 2016 apresentaram quedas nos indicadores de taxa de ocupação e RevPAR, respectivamente 6,3% e 3,7%, já o índice de diária média apresentou aumento de 2,7% em relação a 2015 <sup>4</sup>.

No setor imobiliário, no acumulado do ano, houve redução no total de unidades residenciais vendidas (-19,7%) e no número de unidades lançadas (-23,3%) <sup>5</sup>.

### Renda Recorrente <sup>6</sup>

As vendas dos lojistas dos quatro shoppings do portfólio da JHSF registraram crescimento de 6,5% na comparação com 2015 (4T16 +4,1% vs. 4T15). Destaque para os recordes de vendas registrados no CFO ao longo do ano. Os indicadores SSS e SSA apresentaram crescimento de, respectivamente, 1,1% e 2,4% na comparação com 2015 (+2,1% e +3,8% vs. 4T15).

Os indicadores SSR e SAR consolidados cresceram respectivamente 6,8% e 4,3%, impulsionados pelo impacto das renovações contratuais no SCJ, bem como pela redução de descontos temporários concedidos no início de 2016 nos shoppings SPN e SBV (+7,3% e 3,5% vs. 4T15, respectivamente).

### Hotéis e Restaurantes

<sup>1</sup> Fonte: Relatório “Sondagem do Comércio – Índice de Confiança do Comércio – FVG IBRI – dezembro de 2016”.

<sup>2</sup> Fonte: “Market Positioning – Retail Brasil | 2015/2016” – Cushman & Wakefield

<sup>3</sup> Fonte: “Fluxo De Visitantes Em Shopping Centers Cresce Em dezembro” – Associação Brasileira de Shopping Centers (ABRASCE)

<sup>4</sup> Fonte: “inFOHB - Ed. 113 - Dezembro 2016” – Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil

<sup>5</sup> Fonte: Relatório “Pesquisa do Mercado Imobiliário” – dezembro de 2016 – Secovi-SP (Sindicato da Habitação do Estado de SP).

<sup>6</sup> O negócio de Renda Recorrente é composto por: (i) Shoppings; (ii) Outros Serviços; e (iii) Varejo.



Em 2016, a divisão de **Hotéis** apresentou crescimento de Diária Média e RevPAR, respectivamente +16,6% e +11,8%, e redução de 3,6% da Taxa de Ocupação. Na divisão de **Restaurantes**, houve crescimento do *Couvert* Médio, +5,0%, e redução de 0,7% no Número de *Couverts* Vendidos.

No 4T16, os indicadores operacionais da divisão de **Hotéis** registraram redução (Diária Média -3,5%; RevPAR -16,2%; e Taxa de Ocupação -11,1%) na comparação com 4T15, impactados negativamente pelas operações em São Paulo e Rio de Janeiro. Já na divisão de **Restaurantes**, houve crescimento de 2,6% no Número de *Couverts* Vendidos e redução de -1,7% no *Couvert* Médio.

Em dezembro de 2016, depois de passar por processo de ampliação, o Hotel Fasano Las Piedras retomou suas atividades com a “Locanda Fasano”. São 10 novos apartamentos e suítes em complemento aos 20 bangalôs já existentes na propriedade. Investimento realizado pelo Empreendedor.

### **Incorporação**

No início de 2015, as obras do Bosque Cidade Jardim (“BCJ”) foram paralisadas devido à ação civil pública ambiental. A Companhia tem o conforto que cumpriu com as exigências feitas pelas autoridades competentes durante o processo de licenciamento e possui as licenças e autorizações necessárias para execução da obra, que à época da paralisação estavam cerca de 95% concluídas. O empreendimento segue embargado até a presente data. Através da assessoria jurídica, providências legais cabíveis para reestabelecer o fluxo normal da execução do projeto foram tomadas e estão em curso para reverter o embargo.

A Administração da Companhia realizou o provisionamento integral dos valores contratados no projeto BCJ. Por ocasião da eventual retomada das obras, a Companhia reavaliará o provisionamento. Ressalta-se que o saldo devedor para clientes é da ordem de R\$5,0 milhões.

Assim, no 4T16, as vendas contratadas do negócio de **Incorporação** foram positivamente impactadas pelo desempenho de vendas da Fazenda Boa Vista, empreendimento onde a Companhia atualmente foca seus esforços comerciais, que compensaram parcialmente o provisionamento dos valores contratados BCJ acima mencionado.

No acumulado do ano, as vendas contratadas também foram afetadas por distrato relevante de cliente-investidor na Fazenda Boa Vista contabilizado no 3T16.

### **Aeroporto Executivo**

Atualmente em fase pré-operacional, o projeto São Paulo Catarina Aeroporto Executivo terá pista de aproximadamente 2.000 metros. O empreendimento possui saldo de CAPEX a realizar estimado em R\$ 37 milhões, cujas fontes são: (i) capital de terceiros – financiamento com o BNDES; e (ii) recursos próprios da Companhia.

### **Operações descontinuadas**

Em 13 de maio de 2016 a Companhia concluiu a venda de parte dos seus ativos no exterior, de acordo com os termos da Proposta Vinculante aprovada em Reunião do Conselho de Administração de 19 de janeiro de 2016. Em 30 de setembro de 2016 a Companhia concluiu a venda do restante de seus ativos no exterior. A conclusão da transação gerou o seguinte resultado para a Companhia:



	JHSF NY	JHSF USA	JHSF Uruguay	JHSF Internac.	JHSF NY II	Total
Valor de Venda	24.409	1.211	48.700	722	8.151	83.193
Taxa de câmbio no fechamento da operação	3.5041	3.5041	3.5041	3.5041	3.5041	3.5041
Valor da Venda em Reais	85.533	4.242	170.650	2.530	28.562	291.517
<b>Custos das Sociedades Transacionadas:</b>						
Investimento	(39.275)	(1.760)	(67.569)	(3.027)	(29.913)	(141.544)
AFAC	(54.637)	(3.545)	(79.702)	-	-	(137.884)
<b>Custo Total das Sociedades Transacionadas (R\$)</b>	<b>(93.912)</b>	<b>(5.306)</b>	<b>(147.271)</b>	<b>(3.027)</b>	<b>(29.913)</b>	<b>(279.428)</b>
<b>Resultado da Operação</b>	<b>(8.379)</b>	<b>(1.064)</b>	<b>23.379</b>	<b>(496)</b>	<b>(1.351)</b>	<b>12.089</b>
(+) Variação cambial acumulada no PL	33.255	(11.912)	93.816	-	15.846	131.005
<b>Resultado da Operação Antes de Ajustes Contratuais</b>	<b>24.876</b>	<b>(12.975)</b>	<b>117.194</b>	<b>(496)</b>	<b>14.495</b>	<b>143.094</b>
Transferência Adicional de Dívida - Uruguay (USD 8.460)	-	-	(27.465)	-	-	(27.465)
Ajuste de Preço JHSF NYII (USD 2.950)	-	-	-	-	9.576	9.576
<b>Resultado da Transação</b>	<b>24.876</b>	<b>(12.975)</b>	<b>89.730</b>	<b>(496)</b>	<b>24.071</b>	<b>125.206</b>

O resultado líquido das Operações Descontinuadas está classificado na demonstração do resultado consolidado na linha de Resultado de Operações Descontinuadas.

As principais linhas da demonstração de resultado e do fluxo de caixa na data da venda, estão demonstradas a seguir:

	<b>Nota</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	24	639	9.426
<b>Custos</b>	24	(2.808)	(17.249)
<b>Resultado bruto</b>		<b>(2.169)</b>	<b>(7.823)</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	25	(1.691)	(1.903)
Despesas comerciais	26	(18)	(327)
Outras despesas operacionais	27	14.335	(7.613)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>10.457</b>	<b>(17.666)</b>
Despesas financeiras	28	(1.500)	(4.148)
Receitas financeiras	28	1.146	852
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>10.103</b>	<b>(20.962)</b>
IR e CSLL Diferido	20	(392)	(5.735)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>9.711</b>	<b>(26.697)</b>

<b>Fluxo de Caixa</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Das Atividades Operacionais	3.868	(34.820)
Das Atividades de Investimento	101.369	(19.895)
Das Atividades de Financiamento	(94.741)	(29.715)



**ANEXO 2 – INFORMAÇÕES INDICADAS NO ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

**1. Informar o Prejuízo Líquido do exercício**

R\$ 259.193.000,00

**2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio (“JCP”) já declarados**

R\$'000

	Controladora	
	2016	2015
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(259.193)	104.302
Média ponderada de ações	525.000.000	487.399.847
Efeitos potenciais de subscrição de opções de ações	-	-
Média ponderada das ações diluidoras	525.000.000	487.399.847
<b>Lucro (prejuízo) básico por ação</b>	<b>(0,4937)</b>	<b>0,2140</b>
de operação continuada	(0,5122)	0,2690
de operações descontinuadas	0,0185	(0,0550)
<b>Lucro (prejuízo) diluído por ação</b>	<b>(0,4937)</b>	<b>0,2140</b>
de operação continuada	(0,5122)	-
de operações descontinuadas	0,0185	-

**3. Informar o percentual do Lucro Líquido do exercício**

R\$'000

	Controladora	
	2016	2015
Lucro (prejuízo) líquido do exercício - Controladora	(259.193)	104.302
(-) Constituição de reserva legal - 5%	-	(5.215)
<b>Resultado do exercício após a constituição da reserva legal</b>	<b>(259.193)</b>	<b>99.087</b>
Outras reservas		
(+) Realização de Valor Justo Líquido	471.417	-
(-) Reserva de lucro a realizar	-	(209.995)
<b>Resultado do exercício após a constituição/reversão das reservas</b>	<b>212.224</b>	<b>(110.908)</b>
Dividendos mínimos obrigatórios	53.056	-
<b>Lucro (prejuízo) a disposição da Assembléia</b>	<b>159.168</b>	<b>(110.908)</b>

**4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores**

Não houve distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.



**5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

- a. Valor bruto de dividendos e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:**

Não há.

- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio:**

Não se aplica.

- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio**

Não se aplica

- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

Não se aplica.

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**

Não se aplica.

**7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

- a. Lucro Líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

R\$'000	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
Lucro Líquido	259.193,00	104.302,23	37.915,745
Lucro por Ação	(0,4937)	0,2140	0,08771

- b. Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores**

R\$'000	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
Lucro Líquido <sup>1</sup>	259.193,00	104.302,23	37.915,745
Dividendos Distribuídos	0,00	0,00	0,00
Valor por Ação	0,00	0,00	0,00



<sup>1</sup> Lucro Líquido incluindo Lucros a Realizar decorrentes do reconhecimento do Valor Justo das Propriedades para Investimento.

## 8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

### a. Identificar o montante destinado a Reserva Legal

Não se aplica

### b. Detalhar a forma de cálculo da Reserva Legal

Não se aplica

## 9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

Não se aplica.

## 10. Em relação ao dividendo obrigatório:

### a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme dispõe o artigo 29 do Estatuto Social:

*“Artigo 29 - Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido do exercício, com os seguintes ajustes:*

*I. o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências; e*

*II. o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas.*

*Parágrafo 1º - Sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor e a Assembleia Geral aprovar a destinação do excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (Artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações).*

*Parágrafo 2º - A Assembleia Geral poderá atribuir aos Administradores uma participação nos lucros, observados os limites legais pertinentes. É condição para pagamento de tal participação a atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório a que se refere este artigo. Sempre que for levantado balanço semestral e com base nele forem pagos dividendos intermediários em valor ao menos igual a 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido do período, calculado nos termos deste artigo, poderá*



*ser paga por deliberação do Conselho de Administração, aos Administradores, uma participação no lucro semestral, ad referendum da Assembleia Geral.*

**Parágrafo 3º** - *A Assembleia Geral pode deliberar, a qualquer momento, distribuir dividendos à conta de reservas de lucros de exercícios anteriores, assim mantidos por força de deliberação da Assembleia Geral, depois de atribuído em cada exercício, aos acionistas, o dividendo obrigatório a que se refere este artigo.*

**Parágrafo 4º** - *A Sociedade poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores. O Conselho de Administração poderá deliberar a distribuição de dividendos intercalares a débito da conta de lucro apurado em balanço semestral ad referendum da Assembleia Geral. O Conselho de Administração poderá, ainda, declarar dividendos intermediários a débito da conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.*

**Parágrafo 5º** - *Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de três anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas e reverterão em favor da Sociedade.*

**Parágrafo 6º** - *O Conselho de Administração deliberará sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados.*

**Parágrafo 7º** - *A Companhia poderá realizar o pagamento de dividendos em dinheiro e/ou em outros ativos, por deliberação e conforme os critérios a serem definidos pelo Conselho de Administração.”*

Sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do Lucro Líquido do exercício, a administração poderá propor e a Assembleia Geral aprovar a destinação do excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei 6.404/76).

**b. Informar se ele está sendo pago integralmente**

Sim, vide item 3, acima.

**c. Informar o montante eventualmente retido**

Vide item 15, abaixo.

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia: a. Informar o montante da retenção; b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da Companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos; e c. Justificar a retenção dos dividendos.**

Não se aplica.



**12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências: a. Identificar o montante destinado a reserva; b. Identificar a perda considerada provável e sua causa; c. Explicar porque a perda foi considerada provável; e d. Justificar a constituição da reserva.**

Não se aplica.

**13. Havendo destinação de resultado para Reserva de Lucros a Realizar: a. Informar o montante destinado à Reserva de Lucros a Realizar; e b. Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva.**

a. Reserva de Lucros a Realizar: R\$35.578.000,00

b. A natureza dos lucros não realizados que foram adicionados à Reserva de Lucros decorrem do reconhecimento do Valor Justo de determinadas propriedades para investimento.

**14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias: a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva; b. Identificar o montante destinado à reserva; e c. Descrever como o montante foi calculado.**

Não se aplica.

**15. Retenção de lucros prevista em Orçamento de Capital**

Excluindo o reconhecimento do Valor Justo de determinadas Propriedades para Investimento, não houve retenção de lucros. O Orçamento de Capital do ano de 2017 é apresentado no **ITEM 2 DA ORDEM DO DIA** desta Proposta.

**16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais: a. Informar o montante destinado à reserva; e b. Explicar a natureza da destinação.**

Não se aplica.



**ANEXO 3 – ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA: “REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES”**

**JHSF**

## Índice

---

### 13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	1
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	3
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	7
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	9
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	25
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	27
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	28
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	29
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	30
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	31
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	32
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	33
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	34
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	35
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	36
13.16 - Outras informações relevantes	37

### 13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

#### (a) objetivos da política ou prática de remuneração

A remuneração da JHSF tem como objetivo principal atrair e reter os melhores profissionais do mercado em que atua.

Como fator de retenção, a Companhia estabeleceu Programa de Remuneração Variável para compor a remuneração de seus principais executivos, o qual estabelece forte correlação entre os resultados da empresa e o valor da premiação, com objetivo de alcançar e superar as metas da JHSF.

#### (b) a composição da remuneração, indicando:

##### i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

A remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria, de Gestão de Riscos e de Finanças é fixa em seu montante anual. A partir de 2017 o Conselho Fiscal deixou de ser instalado.

Os membros da Diretoria possuem remuneração fixa (remuneração base e benefícios diretos e indiretos), remuneração variável, bônus e remuneração baseada em ações.

A “Remuneração Base” é o montante pago mensalmente, incluindo-se honorário adicional em dezembro de cada ano.

Benefícios diretos e indiretos: são assistência médica e odontológica, refeição no local e seguro de vida.

A “Remuneração Variável” é o mecanismo de recompensa em relação ao atingimento ou superação dos objetivos definidos pela administração da Companhia. A definição do montante a ser pago a título de bônus se dá por meio do estabelecimento de metas globais vinculadas ao resultado da empresa e de metas individuais, tomadas de forma conjugada.

A “Remuneração Baseada em Ações” é o programa de incentivo aos funcionários participarem do capital da Companhia conforme descrito no item 13.14 deste Formulário de Referência.

##### ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total;

De acordo com a tabela abaixo, as proporções para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 foram:

31/12/2016	% em relação a remuneração total do valor pago a título de				
	Remuneração Base	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Benefícios	Total
Conselho de Administração	95,0%	0,0%	0,0%	5,0%	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Diretoria Estatutária	85,8%	10,5%	0,0%	3,7%	100,0%
Diretoria não Estatutária	82,8%	5,8%	0,0%	11,4%	100,0%
Comitê de Auditoria, de Gestão de Riscos e de Finanças	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%

### **13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária**

#### **iii. Metodologia de cálculo e reajuste de cada um dos elementos da remuneração; e**

A remuneração dos membros de Administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal – até 2016 – e Diretoria Estatutária) é proposta anualmente pela Administração e aprovada na AGO.

A remuneração da diretoria não estatutária segue as práticas de mercado.

#### **iv. razões que justificam a composição da remuneração:**

A composição da remuneração na JHSF, como já citado acima, tem como objetivo atrair e reter os melhores profissionais do mercado que a Companhia atua, assim como incentivar a superação dos objetivos estabelecidos pelo planejamento estratégico da organização.

A remuneração variável e a baseada em ações visam alinhar os interesses dos Administradores e os dos acionistas no atingimento de resultados.

#### **(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:**

A Remuneração Fixa é equalizada com as práticas de mercado, com empresas comparáveis. A Remuneração Variável é paga em recursos e se baseia no atingimento de metas de desempenho da Companhia (lucro e geração de caixa) e no desempenho individual. A Remuneração Variável é paga a partir de índices mínimos de atingimento destes parâmetros.

Os indicadores utilizados pela Companhia para aferir o desempenho, no que diz respeito às parcelas variáveis da remuneração, se baseiam em: (a) EBITDA; (b) geração de caixa; e (c) lucro líquido. Referente à *performance* individual dos colaboradores, os indicadores utilizados se baseiam em: (a) plano de metas para o exercício; e (b) avaliação por competências.

#### **(d) estrutura da remuneração para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:**

A estrutura da Remuneração Variável está baseada nas metas projetadas em linha com o plano estratégico da Companhia. A avaliação de desempenho se dá pelo menos uma vez ao ano, por ocasião de eventual antecipação da participação de resultados e bônus e após o final do ano.

#### **(e) relação entre a política ou prática de remuneração e os interesses da Companhia:**

O alinhamento de interesses entre a Companhia e seus Administradores se dá, fundamentalmente, pela estrutura de remunerações variável e baseada em ações, que são pautadas principalmente no atingimento de resultados financeiros planejados e metas individuais, que são traçadas visando à maior eficiência e competitividade da Companhia.

#### **(f) remuneração suportada por subsidiárias, controladas e ou controladores diretos ou indiretos:**

No ano de 2016, não houve parte da remuneração suportada por subsidiárias da JHSF Participações S.A.

#### **(g) remuneração ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários:**

Não há remuneração ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários.

**13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal****Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2017 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,75	3,00	13,75
Nº de membros remunerados	7,00	3,75	3,00	13,75
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	1.257.275,60	4.563.885,02	365.110,80	6.186.271,42
Benefícios direto e indireto	72.334,22	199.407,93	0,00	271.742,15
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	1.819.795,54	0,00	1.819.795,54
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	976.206,65	1.270.139,64	0,00	2.246.346,29
<b>Observação</b>	Número de membros calculado de acordo com as instruções do Ofício Circular CVM/SEP/01/2017.	Número de membros calculado de acordo com as instruções do Ofício Circular CVM/SEP/01/2017		
Total da remuneração	2.305.816,47	7.853.228,13	365.110,80	10.524.155,40

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,67	3,42	3,00	13,09
Nº de membros remunerados	6,67	3,42	3,00	13,09
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	1.407.326,17	4.599.957,75	396.000,00	6.403.283,92
Benefícios direto e indireto	74.129,96	198.561,09	0,00	272.691,05
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	560.000,00	0,00	560.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>	Número de membros calculado de acordo com as instruções do Ofício Circular CVM/SEP/01/2016.	Número de membros calculado de acordo com as instruções do Ofício Circular CVM/SEP/01/2016. A diferença entre a remuneração prevista e realizada no exercício de 2016 decorre essencialmente: (i) da renúncia de 1 (um) diretor estatutário, em Maio/2016, e sua não reposição; e (ii) do não pagamento de bônus por desempenho aos executivos, tendo em vista que as metas da Companhia não foram atingidas. Foram pagos apenas bônus garantidos.		
<b>Total da remuneração</b>	1.481.456,13	5.358.518,84	396.000,00	7.235.974,97

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,33	3,83	3,00	13,16
Nº de membros remunerados	6,33	3,83	3,00	13,16
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	1.316.101,83	4.706.097,49	360.000,00	6.382.199,32
Benefícios direto e indireto	64.872,36	206.605,24	0,00	271.477,60
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	2.069.758,88	0,00	2.069.758,88
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00

Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>	Número de membros calculado de acordo com as instruções do Ofício Circular CVM/SEP/01- 2013	Número de membros calculado de acordo com as instruções do Ofício Circular CVM/SEP/01/2013.		
<b>Total da remuneração</b>	<b>1.380.974,19</b>	<b>6.982.461,61</b>	<b>360.000,00</b>	<b>8.723.435,80</b>

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	2,75	3,00	12,75
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	977.779,00	2.900.390,18	288.000,00	4.166.169,18
Benefícios direto e indireto	35.708,40	128.718,35	0,00	164.426,75
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	700.000,00	0,00	700.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	2.412.800,00	0,00	2.412.800,00

<b>Observação</b>	Número de membros calculado de acordo com as instruções do Ofício Circular CVM/SEP/01-2013	Número de membros calculado de acordo com as instruções do Ofício Circular CVM/SEP/01-2013 Baseada em ações: 2.080.000 ações outorgadas até Maio/2014		
Total da remuneração	1.013.487,40	6.141.908,53	288.000,00	7.443.395,93

### 13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

<i>Valores Previstos para 2017</i>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Número de Membros</b>	<b>7,00</b>	<b>3,75</b>	<b>3,00</b>	<b>13,75</b>
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	1.197.000	N/A	1.197.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	1.197.000	N/A	1.197.000
<b>Participação nos Resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	1.197.000	N/A	1.197.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	1.197.000	N/A	1.197.000

<i>Valores Realizados em 2016</i>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Número de Membros</b>	<b>6,67</b>	<b>3,42</b>	<b>3,00</b>	<b>13,09</b>
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	560.000	N/A	560.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	560.000	N/A	560.000
<b>Participação nos Resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A		N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	560.000	N/A	560.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	560.000	N/A	560.000

### 13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

<i>Valores Realizados em 2015</i>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Número de Membros</b>	<b>6,33</b>	<b>3,83</b>	<b>3,00</b>	<b>13,16</b>
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	2.069.759	N/A	2.069.759
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	2.069.759	N/A	2.069.759
<b>Participação nos Resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A		N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	2.069.759	N/A	2.069.759
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	2.069.759	N/A	2.069.759

<i>Valores Realizados em 2014</i>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Número de Membros</b>	<b>7,00</b>	<b>2,75</b>	<b>3,00</b>	<b>12,75</b>
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	700.000	N/A	700.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	700.000	N/A	700.000
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	700.000	N/A	700.000
<b>Participação nos Resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A		N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	700.000	N/A	700.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	700.000	N/A	700.000
Valor efetivamente reconhecido no resultado do últimos exercício social	N/A	700.000	N/A	700.000

## **13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

### **PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES**

*[APROVADO EM 2007 E ADITADO EM 2013]*

Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 20 de março de 2007 e aditado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2013, estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia a administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle, nos termos do art. 168, § 3º, da Lei nº 6.404/76.

#### **1. Objetivos do Plano**

1.1. O Plano tem por objetivo permitir que administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle, sujeito a determinadas condições, adquiram ações da Companhia, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos de administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle e, (c) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e reter administradores, empregados e prestadores de serviços.

#### **2. Beneficiários Elegíveis**

2.1. Poderão ser eleitos como beneficiários de outorgas de opção de compra de ações nos termos do Plano os administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle ("Beneficiários").

#### **3. Administração do Plano**

3.1. O Plano será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, que delegou, nos termos do Estatuto Social e deste Plano, ao Diretor Presidente da Companhia poderes para realizar todos os atos relativos à aplicação do Plano, salvo pelas opções outorgadas a ele, que serão determinadas e aplicadas diretamente pelo Conselho de Administração.

3.2. Obedecidas as condições gerais do Plano e as diretrizes fixadas pela Assembléia Geral, competirá exclusivamente ao Conselho de Administração da Companhia todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano, incluindo:

- (a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de opções nos termos do Plano e a solução de dúvidas de interpretação do Plano;

### **13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

- (b) o estabelecimento das condições gerais das opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário para adequar as opções aos termos de lei, norma ou regulamento superveniente;
- (c) a outorga das opções de compra de ações em favor do Diretor Presidente da Companhia; e
- (d) a emissão de novas ações da Companhia e a fixação do preço de exercício das opções de compra de tais ações, dentro do limite do capital autorizado, para satisfazer o exercício de opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano.

3.3. Compete ao Diretor Presidente da Companhia a administração do Plano de forma concorrente com o Conselho de Administração, podendo exercer todos os atos que não sejam proibidos por este Plano, pelo estatuto ou pela Lei, bem como a aplicação das diretrizes gerais traçadas pelo Conselho de Administração da Companhia nos termos das alíneas (a) e (b) acima para a aplicação do Plano, e neste sentido:

- (a) o estabelecimento de metas relacionadas ao desempenho dos administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle, de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição dos Beneficiários;
- (b) a eleição dos Beneficiários do Plano e a autorização para outorgar opções de compra de ações em seu favor, ressalvado que a outorga de opções ao Diretor Presidente será feita pelo Conselho de Administração, conforme item 3.2. (c) acima; e
- (c) a determinação do número de ações que poderão ser adquiridas ou subscritas por cada um dos Beneficiários eleitos com o exercício das respectivas opções.

3.4. No exercício de sua competência, o Diretor Presidente estará sujeito apenas aos limites estabelecidos em lei, no Estatuto Social e no Plano, ficando claro que o Diretor Presidente poderá tratar de maneira diferenciada administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns, desde que respeitados os critérios estabelecidos pelo Conselho de Administração, inclusive quanto às determinações do preço da opção e da quantidade global de ações objeto de outorga de opções de compra de ações.

3.5. As deliberações do Conselho de Administração da Companhia e do Diretor Presidente da Companhia têm força vinculante para a Companhia relativamente a todas as matérias relacionadas com o Plano.

## **13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

### **4. Outorga de Opções**

4.1. Periodicamente, durante a vigência do Plano, o Conselho de Administração da Companhia determinará o número de ações que poderão ser objeto das opções a serem outorgadas aos Beneficiários, nos termos do Plano, o preço de exercício de cada opção e as condições de seu pagamento. Caberá, ainda, exclusivamente ao Conselho de Administração da Companhia outorgar opções de compra de ações ao Diretor Presidente da Companhia, fixando suas características.

4.2. Após a definição do Conselho de Administração da Companhia referida no item 4.1 acima, o Diretor Presidente da Companhia determinará os Beneficiários em favor dos quais serão outorgadas opções de compra de ações, nos termos do Plano e da decisão do Conselho de Administração, o número de ações que poderão ser adquiridas com o exercício de cada opção, os prazos e condições de exercício de cada opção e quaisquer outras condições relativas a tais opções.

4.3. A outorga de opções de compra de ações nos termos do Plano é realizada mediante a celebração de contratos de outorga de opção entre a Companhia e os Beneficiários, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições a serem determinadas pelo Conselho de Administração: (a) a quantidade de ações objeto da outorga; (b) as condições para aquisição do direito ao exercício da opção; (c) o prazo final para exercício da opção de compra de ações; e (d) o preço de exercício e condições de pagamento (“Contrato de Opção”).

4.4. O Conselho de Administração ou o Diretor Presidente da Companhia (conforme o caso), poderão impor termos e/ou condições precedentes para o exercício da opção, e impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas ações, até o término do prazo e/ou cumprimento das condições fixadas.

4.5. Os Contratos de Opção serão individualmente elaborados para cada Beneficiário, podendo o Conselho de Administração, em relação ao Diretor Presidente, e o Diretor Presidente, em relação aos demais Beneficiários, estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Opção, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Beneficiários, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas.

4.6. As opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano, bem como o seu exercício pelos Beneficiários, não têm qualquer relação nem estão vinculados à sua remuneração fixa ou eventual participação nos lucros.

4.7. Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no Plano ou em Contrato de Opção, as opções outorgadas nos termos do Plano extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos:

- (a) mediante o seu exercício integral;
- (b) após o decurso do prazo de vigência da opção;

### **13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

- (c) mediante o distrato do Contrato de Opção; ou
- (d) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada.

#### **5. Ações Sujeitas ao Plano**

5.1. As opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de Ações que não exceda, a qualquer tempo durante a vigência do Plano, 5% (cinco por cento) das ações do capital da Companhia, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

5.2. Com o propósito de satisfazer o exercício de opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração: (a) emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado; ou (b) vender ações mantidas em tesouraria.

5.3. Os acionistas não terão direito de preferência na outorga ou no exercício de opção de compra de ações de acordo com o Plano, conforme previsto no art. 171, § 3º, da Lei nº6.404/76.

5.4. As Ações adquiridas em razão do exercício de opção de compra nos termos do Plano manterão todos os direitos pertinentes à sua espécie, ressalvado o disposto no item 6.2.1. abaixo, bem como eventual disposição em contrário estabelecida pelo Conselho de Administração.

#### **6. Preço do Exercício das Opções**

6.1. Caberá ao Conselho de Administração fixar o preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano, o qual deverá ser baseado na média da cotação das ações da Companhia da mesma espécie nos últimos 30 (trinta) pregões em que foi negociada na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) imediatamente anteriores à data da outorga da opção, ponderada pelo volume de negociação, corrigido monetariamente de acordo com o Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo IBGE, ou por outro índice que venha a ser determinado pelo Conselho de Administração, até a data do efetivo exercício da opção. O Conselho de Administração poderá, ainda, determinar eventuais reduções do preço, respeitado o preço mínimo correspondente a 85% (oitenta e cinco por cento) do preço base apurado de acordo com os critérios fixados acima.

6.1.1. O preço de exercício das opções outorgadas antes da realização da primeira distribuição pública primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia será baseado no valor de lançamento das ações da Companhia, quando da realização de tal distribuição pública de ações ordinárias, corrigido monetariamente de acordo com o Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo IBGE, ou por outro índice que venha a ser determinado pelo Conselho de Administração, até a data do efetivo exercício da opção, e sujeito a eventuais reduções

### **13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

determinadas pelo Conselho de Administração, contanto que o preço mínimo seja igual ou superior a pelo menos um dos seguintes critérios: (i) 85% (oitenta e cinco por cento) do preço base desta cláusula; ou (ii) valor patrimonial por ação da Companhia com base no último balanço aprovado da Companhia.

6.2. O preço de exercício será pago pelos Beneficiários nas formas e prazos determinados pelo Conselho de Administração.

6.2.1. Enquanto o preço de exercício não for pago integralmente, as ações adquiridas com o exercício da opção nos termos do Plano não poderão ser alienadas a terceiros, salvo nos termos do item 10.7 abaixo, hipótese em que o produto da venda será destinado prioritariamente para quitação do débito do Beneficiário para com a Companhia.

### **7. Exercício das Opções**

7.1. As opções outorgadas nos termos do Plano poderão ser exercidas, total ou parcialmente, observados os prazos e condições estipulados pelo Conselho de Administração, em relação ao Diretor Presidente, ou pelo Diretor Presidente, em relação aos demais Beneficiários, e os termos e condições previstos nos respectivos Contratos de Opção.

7.1.1. A parcela da opção não exercida nos prazos e condições estipulados será considerada automaticamente extinta, sem direito a indenização.

7.2. O Beneficiário que desejar exercer a sua opção de compra de ações deverá comunicar à Companhia, por escrito, a sua intenção de fazê-lo e indicar a quantidade das ações que deseja adquirir, nos termos do modelo de comunicação a ser divulgado pelo Conselho de Administração.

7.2.1 A Companhia informará ao Beneficiário, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento da comunicação referida no item 7.2. acima, o preço de exercício a ser pago e a forma de pagamento, com base na quantidade de ações informada pelo Beneficiário, cabendo à administração da Companhia tomar todas as providências necessárias para formalizar a aquisição das ações objeto do exercício.

7.3. O Conselho de Administração ou o Diretor Presidente poderão determinar a suspensão do direito ao exercício das opções, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos Beneficiários.

7.4. Nenhum Beneficiário terá quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia até que a sua opção seja devidamente exercida, nos termos do Plano e respectivo Contrato de Opção. Nenhuma ação será entregue ao titular em decorrência do exercício da opção a não ser que todas as exigências legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas.

## 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

### 8. Hipóteses de Desligamento da Companhia e seus Efeitos

8.1. Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário por demissão ou rescisão do contrato de prestação de serviços, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto no item 8.2. abaixo.

8.2. Se, a qualquer tempo durante a vigência do Plano, o Beneficiário:

- (a) desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, rescindindo o seu contrato de prestação de serviços, ou renunciando ao seu cargo de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;
- (b) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão ou rescisão do contrato de prestação de serviços por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todos os direitos já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;
- (c) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão ou rescisão do contrato de prestação de serviços sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, em até 3 (três) dias após a data de realização da próxima Reunião do Conselho de Administração da Companhia que vier a deliberar sobre qualquer matéria relacionada ao Plano, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;
- (d) desligar-se da Companhia por aposentadoria ou invalidez permanente: (i) o Conselho de Administração da Companhia deliberará sobre a possibilidade dos direitos ainda não exercíveis de acordo com o Contrato de Opção, na data do seu desligamento, passarem a ser automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência ou sobre a extinção, de pleno direito, de tais direitos, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o Contrato de Opção na data do seu

### **13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

desligamento poderão ser exercidos em até 1 (um) ano contado da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;

- (e) desligar-se da Companhia por falecimento: (i) o Conselho de Administração da Companhia deliberará sobre a possibilidade dos direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu falecimento, passarem a ser automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, podendo os herdeiros e sucessores legais do Beneficiário exercer a respectiva opção de compra de ações, desde que o façam no prazo de 1 (um) ano, a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, ou sobre a extinção, de pleno direito, de tais direitos; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu falecimento, poderão ser exercidos pelos os herdeiros e sucessores legais do Beneficiário, desde que o façam no prazo de 1 (um) ano, a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

### **9. Prazo de Vigência do Plano**

9.1. O Plano entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e vigorará até que sejam exercidas opções de compra de ações no limite disposto na Cláusula 5.1. acima, respeitado o prazo máximo de 10 (dez) anos, podendo, também, ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral. O término de vigência do Plano não afetará a eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

### **10. Disposições Gerais**

10.1. A outorga de opções nos termos do Plano não impedirá a Companhia de se envolver em operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão e cisão. O Conselho de Administração da Companhia e as sociedades envolvidas em tais operações poderão, a seu critério, determinar, sem prejuízo de outras medidas que decidirem por equidade: (a) a substituição das ações objeto desta opção de aquisição por ações da sociedade sucessora da Companhia; (b) a antecipação da aquisição do direito ao exercício da opção de aquisição das ações, de forma a assegurar a inclusão das ações correspondentes na operação em questão; e/ou (c) o pagamento em dinheiro da quantia a que o Beneficiário faria jus nos termos do Plano.

10.1.1. Na hipótese de haver alteração do controle societário da Companhia, as opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano permanecerão inalteradas e deverão ser respeitadas pelo(s) novo(s) controlador(es).

### **13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

10.2. Caso o número, espécie e classe das ações existentes na data da aprovação do Plano venham a ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração da Companhia realizar o ajuste correspondente no número, espécie e classe das ações objeto das opções outorgadas e seu respectivo preço de exercício, para evitar distorções na aplicação do Plano, devendo o Diretor Presidente realizar os devidos ajustes em cada caso particular dos Beneficiários.

10.3. Nenhuma disposição do Plano ou opção outorgada nos termos do Plano conferirá a qualquer Beneficiário o direito de permanecer como administrador e/ou empregado da Companhia, nem interferirá, de qualquer modo, no direito de a Companhia, a qualquer tempo e sujeito às condições legais e contratuais, rescindir o contrato de trabalho do empregado e/ou interromper o mandato do administrador.

10.4. Cada Beneficiário deverá aderir expressamente aos termos do Plano, mediante declaração escrita, sem qualquer ressalva.

10.5. Os Beneficiários não poderão utilizar as respectivas opções de compra de ações da Companhia em qualquer tipo de operações financeira, seja em provento próprio ou de terceiros.

10.6. Os direitos conferidos aos Beneficiários nos termos dos Contratos de Opção não poderão ser onerados ou dados em garantia em nenhuma hipótese, salvo prévia e expressa autorização do Conselho de Administração da Companhia.

10.7. As ações da Companhia subscritas ou adquiridas em decorrência do exercício das opções outorgadas nos termos do Plano ficarão adstritas às seguintes regras de negociação:

(i) ressalvado o disposto no item (iii) abaixo, imediatamente após o exercício da opção poderão ser livremente negociadas, respeitando-se a regulamentação em vigor que restrinja ou impeça a negociação de ações por parte dos Beneficiários, ações adquiridas em virtude do exercício que excedam ao montante resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$N = 0,25 \times Q \times (1 - Pe/Pm)$$

Onde,

N = Montante de ações que não poderão ser negociadas pelo período de 1 (um) ano a contar da data de exercício;

Q = Quantidade de ações objeto da opção efetivamente exercida;

Pe = Preço do exercício por ação, conforme definido no respectivo Contrato de Opção; e

### **13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

Pm = Preço de fechamento da cotação unitária da ação da Companhia no pregão imediatamente anterior à data do exercício da opção.

(ii) o número de ações equivalente a "N", apurado na forma do item (i) acima não poderá ser negociado, seja em operações privadas, seja no mercado, pelo período de 1 (um) ano após o exercício da opção; e

(iii) observadas as disposições dos itens (i) e (ii) acima, o resultado da negociação das ações adquiridas em virtude do exercício será prioritariamente alocado para satisfazer o pagamento do preço de exercício. Após o pagamento integral à Companhia do preço de exercício, o Beneficiário poderá livremente dispor do resultado da negociação.

10.7.1. Em caso de desligamento do Beneficiário, por qualquer das hipóteses previstas no Plano, a totalidade das ações subscritas ou adquiridas em decorrência do exercício das opções outorgadas será liberada das regras de restrição de negociação previstas no item 10.7 acima.

10.8 O Conselho de Administração, no interesse da Companhia e de seus acionistas, poderá rever as condições do Plano, desde que não altere os respectivos princípios básicos.

10.9. Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra, poderá levar à revisão integral do Plano.

10.10. Os casos omissos serão regulados pelo Conselho de Administração, consultada, quando o entender conveniente, a Assembleia Geral. Qualquer opção concedida de acordo com o Plano fica sujeita a todos os termos e condições aqui estabelecidos, termos e condições estes que prevalecerão em caso de inconsistência a respeito de disposições de qualquer contrato ou documento mencionado neste documento.

\* \* \* \* \*

## **13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

### **PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES – ARR**

[APROVADO NA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 02 DE SETEMBRO DE 2015]

Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 02 de setembro de 2015, estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia a administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle, nos termos do art. 168, § 3º, da Lei nº 6.404/76.

#### **1. Objetivo da Outorga de Opções**

1.1. O Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, instituído nos termos do art. 168, § 3º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Plano”) tem por objetivo permitir que os administradores ou empregados da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle direto ou indireto, sujeito a determinadas condições, recebam opções de compra de ações de emissão da Companhia, com vistas a: (i) proporcionar maior alinhamento entre os interesses dos administradores e empregados da Companhia e os interesses de seus acionistas, incentivando a criação de valor e estimulando a expansão, o êxito e a consecução do objeto social da Companhia; e (ii) atrair, reter e motivar os administradores e empregados da Companhia.

#### **2. Beneficiários**

2.1. Poderão ser indicados como beneficiários do Plano os administradores ou empregados da Companhia, por nomeação do Conselho de Administração (“Beneficiários”).

#### **3. Administração do Plano**

3.1. O Plano será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia.

3.2. O Conselho de Administração terá amplos poderes, respeitados os termos do Plano, para a administração do Plano.

3.2.1. Não obstante o disposto no *caput*, nenhuma decisão do Conselho de Administração poderá, excetuados os ajustamentos permitidos pelo Plano: (i) aumentar o limite total de diluição, conforme o previsto no item 5 abaixo; e/ou (ii) alterar ou prejudicar direitos ou obrigações de Beneficiário, sem seu prévio consentimento, relativos às outorgas de opções para compra de ações no âmbito do Plano.

3.3. O Conselho de Administração poderá, a qualquer tempo, (i) alterar ou extinguir o Plano; (ii) estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos, observado o disposto no item 3.2.1 acima; (iii) alterar condições específicas

### **13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

das outorgas previstas nos Contratos (conforme definido abaixo), tais como regras de saída ou antecipação de prazos de carência para o exercício das opções.

#### **4. Termos e condições das Opções**

4.1. O Conselho de Administração criará, periodicamente, Programas de Opções de Compra de Ações ("Programas"), nos quais serão definidos (i) os Beneficiários; (ii) o número de ações da Companhia que terão direito de subscrever ou adquirir com o exercício da opção e sua eventual divisão em lotes; (iii) condições para outorga das opções, se for o caso; (iv) o preço de exercício das opções, observado o disposto no item 5 abaixo; (v) eventuais prazos de carência durante os quais a opção não poderá ser exercida; (vi) os prazos e períodos para o exercício total ou parcial da opção, bem como as datas-limite em que os direitos decorrentes da opção expirarão; (vii) restrições às ações recebidas pelo exercício da opção, na forma prevista no Plano; (viii) disposições sobre penalidades; e (ix) quaisquer outras condições que não estejam em desacordo com as disposições do Plano.

4.2. O Conselho de Administração sempre respeitando o limite global previsto no item 5.1 abaixo, poderá agregar novos Beneficiários aos Programas em curso, determinado o número de ações que o Beneficiário terá direito de adquirir.

Quando do lançamento de cada Programa, o Conselho de Administração fixará os termos e as condições da outorga em Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações a ser celebrado entre a Companhia e cada Beneficiário ("Contrato"). O Contrato deverá definir pelo menos as seguintes condições: (i) o número de ações que o Beneficiário terá direito de adquirir ou subscrever em razão do exercício da opção, de acordo com o Programa, desde que cumpridos os prazos e condições ali estabelecidos; (ii) condições às quais a eficácia da outorga pode estar sujeita; (iii) o prazo e as condições para o exercício das opções, que poderá se dar em um ou mais lotes, conforme determinado no Programa; (iv) eventuais regras sobre quaisquer restrições à transferência das ações recebidas e disposições sobre penalidades para o descumprimento destas restrições; (v) regras aplicáveis às hipóteses de saída do Beneficiário, conforme determinado no Programa; e (vi) quaisquer outros termos e condições que não estejam em desacordo com o Plano ou o respectivo Programa.

4.3. Nenhuma ação será entregue ao Beneficiário em decorrência do exercício das opções a não ser que todas as exigências legais, regulamentares e contratuais tenham sido integralmente cumpridas.

4.4. Nenhuma disposição do Plano, de qualquer Programa ou do Contrato conferirá a qualquer Beneficiário direito de permanência como administrador ou empregado da Companhia e não interferirá, de qualquer modo, com os direitos da Companhia de interromper, a qualquer tempo, o mandato do administrador ou o contrato de trabalho do empregado.

4.5. As opções outorgadas aos Beneficiários nos termos do Plano não têm qualquer relação nem estão vinculadas à sua remuneração fixa ou eventual participação nos lucros.

### **13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

4.6. Salvo disposto de forma diversa pelo Conselho de Administração, o Beneficiário não terá nenhum dos direitos e privilégios de acionista da Companhia, exceto aqueles a que se refere o Plano, com respeito às opções. Observados os termos dos Programas e Contratos, o Beneficiário somente terá os direitos e privilégios inerentes à condição de acionista a partir do momento da subscrição ou aquisição das ações decorrentes do exercício das opções.

#### **5. Ações incluídas no Plano**

5.1. Poderão ser outorgadas opções para aquisição de ações, no âmbito do Plano, representativas de, no máximo, 2,666667% do capital social da Companhia nesta data ("Volume Global"). O Volume Global poderá ser ajustado nos termos do item 14 do Plano.

5.2. Para os fins do Plano, uma vez exercida a opção pelo Beneficiário, as ações correspondentes serão emitidas através de aumento de capital da Companhia. A Companhia também poderá, a seu critério, entregar ações existentes em tesouraria, observadas as regras da CVM.

5.3. Os acionistas, nos termos do que dispõe o art. 171, § 3º, da Lei nº 6.404/76, não terão preferência quando da outorga das opções, bem como quando do exercício da opção de compra de ações ou aquisição de ações originárias do Plano.

5.4. As ações entregues aos Beneficiários em razão do Plano terão todos os direitos pertinentes à sua espécie e classe, nos termos do Estatuto Social da Companhia.

#### **6. Exercício da Opção**

6.1. As opções serão exercidas total ou parcialmente pelos Beneficiários de acordo com os lotes e nos períodos fixados no respectivo Programa e Contrato, desde que cumpridas às condições estabelecidas no Plano, no Programa e no Contrato. Após os períodos fixados para o exercício das opções, sem que as mesmas sejam exercidas, o Beneficiário perderá sua opção sem qualquer direito a indenização pela Companhia.

6.1.1. Caberá à administração da Companhia, tomar todas as providências necessárias para formalizar a transferência das ações adquiridas ou subscritas mediante o exercício das opções e pagamento do Preço de Exercício.

6.1.2. Se a opção for exercida parcialmente, o titular da opção poderá exercer o remanescente dos direitos decorrentes do Contrato dentro dos prazos e nas condições neles estipuladas, ressalvadas as hipóteses previstas no Plano.

6.2. Os Beneficiários estarão sujeitos às regras restritivas ao uso de informações privilegiadas aplicáveis às companhias abertas em geral e àquelas estabelecidas pela Companhia.

## **13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

### **7. Preço de Exercício**

7.1. O preço de emissão ou preço de compra, caso a Companhia opte por utilizar ações em tesouraria para fazer face ao exercício das opções (sendo “subscrição” e “compra” referidas, em conjunto, como “aquisição” para os efeitos do Plano), das ações a serem adquiridas pelos Beneficiários do Plano em decorrência do exercício das opções (“Preço de Exercício”) será determinado pelo Conselho de Administração ao tempo do lançamento do Programa aplicável, e será equivalente ao valor médio da cotação diária das referidas ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, nos últimos 30 (trinta) pregões imediatamente anteriores à data da outorga da opção.

7.1.1. O Preço de Exercício poderá, em qualquer caso, ser atualizado monetariamente com base na variação de um índice de preços a ser determinado pelo Conselho de Administração e acrescido de juros, a uma taxa também determinada a critério do Conselho de Administração.

7.2. O Preço de Exercício será pago pelos Beneficiários na forma determinada pelo Conselho de Administração, conforme o caso, para cada Programa, respeitada a realização mínima prevista por lei para a subscrição de ações.

7.3. O Conselho de Administração poderá determinar que o Beneficiário destine uma parcela da gratificação anual paga pela Companhia ao Beneficiários, a título de bônus ou participação nos lucros, líquida de imposto de renda e outros encargos incidentes (“PLR”) para aquisição das ações decorrentes do exercício das opções outorgadas.

### **8. Restrições à Transferência de Ações**

8.1. O Conselho de Administração poderá estabelecer aos Beneficiários, em cada Programa, um período mínimo de indisponibilidade para a locação, venda, transferência ou, de qualquer forma, alienação das ações da Companhia adquiridas em virtude do exercício de opções no âmbito do Plano, bem como aquelas que venham a ser por ele adquiridas em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrições ou qualquer outra forma de aquisição que não envolva o desembolso de recursos próprios do Beneficiário, ou valores mobiliários que deem direito à subscrição ou aquisição de ações, desde que tais ações ou valores mobiliários tenham decorrido para o Beneficiário da propriedade das ações objeto do Plano (em conjunto, “Ações”), o qual nunca será superior a 5 (cinco) anos, a contar da data de aquisição.

8.1.1. Salvo decisão específica em contrário do Conselho de Administração, a alienação das ações, de qualquer forma, enquanto não decorrido o período referido no item 8.1 acima, acarretará para o Beneficiário a perda, sem direito a indenização, do direito de exercer todas as opções a que teria direito no âmbito do mesmo Programa e Contrato.

8.2. O Beneficiário se obriga, ainda, a não onerar as ações, se sujeitas a período de indisponibilidade, e a não instituir sobre elas qualquer gravame que possa impedir a execução do disposto no Plano.

## **13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

### **9. Renúncia ou Desligamento Voluntário**

9.1. Salvo disposição em contrário do Conselho de Administração, na hipótese de término da relação do Beneficiário com a Companhia em razão de renúncia ou desligamento voluntário do Beneficiário, este perderá, sem indenização, as opções cujos prazos de carência ainda não tenham decorrido.

### **10. Término do Mandato ou Demissão Sem Justa Causa**

10.1. Salvo disposição em contrário do Conselho de Administração, na hipótese de término da relação do Beneficiário com a Companhia em razão de término do mandato de administrador sem reeleição ou demissão sem justa causa por iniciativa da Companhia, o Beneficiário perderá, sem indenização, as opções cujos prazos de carência ainda não tenham decorrido e terá direito ao exercício das opções cujo prazo de carência já tenha decorrido, nos termos do respectivo Programa ou Contrato.

### **11. Destituição por Violação dos Deveres ou Demissão por Justa Causa**

11.1. A destituição do mandato por violação dos deveres e atribuições de administrador ou de demissão do Beneficiário por razão que configuraria justa causa, nos moldes da legislação civil ou trabalhista, conforme o caso, acarretará perda, sem indenização, do direito ao exercício das opções ainda não exercidas, independentemente de ter decorrido o prazo de carência.

### **12. Desligamento por Aposentadoria**

12.1. Salvo disposição em contrário do Conselho de Administração, na hipótese de término da relação do Beneficiário com a Companhia em razão de aposentadoria por tempo de serviço, o Beneficiário terá direito ao exercício das opções de acordo com os períodos de carência previstos no respectivo Programa e Contrato:

### **13. Falecimento e Invalidez Permanente**

13.1. Salvo disposição em contrário do Conselho de Administração, se o Beneficiário falecer ou tornar-se permanentemente inválido para o exercício de sua função na Companhia enquanto administrador ou empregado, o direito a e decorrente de todas as opções será assegurado ao Beneficiário ou aos seus herdeiros e sucessores, conforme o caso. As opções poderão ter seus prazos de carência antecipados, tornando-se eficaz a outorga para exercício imediato. Em caso de falecimento, os herdeiros e sucessores poderão exercer as opções pelo maior prazo entre 1 (um) ano a contar da data do óbito e 90 (noventa) dias a contar da data do término do inventário.

### **13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

13.2. Nos casos previstos no item 13.1 acima, estarão livres e desembaraçadas para transferência, venda ou alienação, a qualquer momento, as Ações que vierem a ser adquiridas pelo Beneficiário, por seus herdeiros ou sucessores.

### **14. Ajustamentos**

14.1. Se o número de ações existentes da Companhia for aumentado ou diminuído como resultado de bonificações em ações, grupamentos ou desdobramentos, serão feitos ajustamentos apropriados no número de ações objeto de outorgas de opções não exercidas no âmbito dos Programas e Contratos.

14.2. Os ajustamentos segundo as condições do item 14.1 acima serão feitos pelo Conselho de Administração e tal decisão será definitiva e obrigatória. Nenhuma fração de ações será vendida ou emitida em razão de qualquer desses ajustamentos.

14.3. Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas ações admitidas à negociação em bolsa de valores, os Contratos dos Programas em vigência, o Conselho de Administração deliberará acerca do tratamento a ser dado às opções, respeitados os direitos adquiridos dos Beneficiários em razão dos Programas e Contratos já celebrados.

### **15. Vigência do Plano**

15.1. O Plano entrará em vigor com a sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral.

### **16. Disposições gerais**

16.1. Adesão. A assinatura do Contrato implicará a expressa, irrevogável e irretratável aceitação de todos os termos do Plano e os Programas pelo Beneficiário, os quais se obriga plena e integralmente a cumprir.

16.2. Execução Específica. As obrigações contidas no Plano, nos Programas e nos Contratos são assumidas em caráter irrevogável, valendo como título executivo extrajudicial nos termos da legislação processual civil, obrigando as partes contratuais e seus sucessores a qualquer título e a todo tempo. Estabelecem as partes que tais obrigações têm execução específica, na forma dos artigos 466-A e 466-C e seguintes do Código de Processo Civil.

### **13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

16.3. Cessão. Os direitos e obrigações decorrentes do Plano, dos Programas e dos Contratos são pessoais e intransferíveis e não poderão ser cedidos ou transferidos, no todo ou em parte, por qualquer das partes, nem dados como garantia de obrigações, sem a prévia anuência escrita da outra parte, salvo se expressamente previsto no Plano.

16.4. Novação. Fica expressamente convencionado que não constituirá novação a abstenção de qualquer das partes do exercício de qualquer direito, poder, recurso ou faculdade assegurado por lei, pelo Plano, pelos Programas ou Contratos, nem a eventual tolerância de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações por qualquer das partes, que não impedirão que a outra parte, a seu exclusivo critério, venha a exercer a qualquer momento esses direitos, poderes, recursos ou faculdades, os quais são cumulativos e não excludentes em relação aos previstos em lei.

16.5. Foro. Fica eleito o foro da comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias que possam surgir com relação ao Plano, aos Programas e/ou aos Contratos.

Casos Omissos. Os casos omissos, dúvidas ou divergência que possam surgir por parte da Companhia e/ou dos Beneficiários com relação ao Plano, Programas e/ou Contratos serão regulados pelo Conselho de Administração, consultada, quando o entender conveniente, a Assembleia Geral.

\* \* \* \* \*

### 13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A remuneração dos Administradores prevista para 2017 poderá oportunamente contemplar a outorga de opções de compra de ações da Companhia.

#### Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº de membros</b>	-	-
<b>Outorga de opções de compras de ações</b>		
Quantidade de opções outorgadas	-	-
Data de outorga	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício:		
<i>(a) Das opções em aberto no início do exercício social (**)</i>	-	-
<i>(b) Das opções perdidas durante o exercício social</i>	-	-
<i>(c) Das opções exercidas durante o exercício social</i>	-	-
<i>(d) Das opções expiradas durante o exercício social</i>	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	-

(\*) Vide item 10.7 do "Plano de Opção de Compra de Ações" em anexo ao final deste documento

(\*\*) Preço médio ponderado na data da outorga

#### Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2015

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº de membros</b>	-	-
<b>Outorga de opções de compras de ações</b>		
Data de outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício:		
<i>(a) Das opções em aberto no início do exercício social (**)</i>	-	-
<i>(b) Das opções perdidas durante o exercício social</i>	-	-
<i>(c) Das opções exercidas durante o exercício social</i>	-	-
<i>(d) Das opções expiradas durante o exercício social</i>	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	-

(\*) Vide item 10.7 do "Plano de Opção de Compra de Ações" em anexo ao final deste documento

(\*\*) Preço médio ponderado na data da outorga

### 13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

#### Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2014

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº de membros</b>	-	<b>1</b>
<b>Outorga de opções de compras de ações</b>		
Data de outorga	-	12/5/2014
Quantidade de opções outorgadas	-	2.080.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	A partir de 12/5/2015
Prazo máximo para exercício das opções	-	12/5/2020
Prazo de restrição à transferência das ações	-	(*)
Preço médio ponderado de exercício:		
<i>(a) Das opções em aberto no início do exercício social (**)</i>	-	3,86
<i>(b) Das opções perdidas durante o exercício social</i>	-	N/A
<i>(c) Das opções exercidas durante o exercício social</i>	-	N/A
<i>(d) Das opções expiradas durante o exercício social</i>	-	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	-	1,16
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	0,4814%

(\*) Vide item 10.7 do "Plano de Opção de Compra de Ações" em anexo ao final deste documento

(\*\*) Preço médio ponderado na data da outorga

### 13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

#### Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2016

	Diretoria Estatutária		
Nº de membros			
Opções ainda não exercíveis	Plano 10	Plano 11	Plano 12
<b>Quantidade</b>			
<i>Data em que se tornarão exercíveis(a partir de)</i>			
<i>Prazo máximo para exercício das opções</i>			
<i>Prazo de restrição à transferência das ações</i>			
<i>Preço médio ponderado de exercício</i>			
<i>Valor justo das opções no último dia do exercício social</i>			
<b>Opções exercíveis</b>			
<b>Quantidade</b>	<b>6.000</b>		
<i>Prazo máximo para exercício das opções</i>	10/04/2018		
<i>Prazo de restrição à transferência das ações</i>	(*)		
<i>Preço médio ponderado de exercício</i>	7,53		
<i>Valor justo das opções no último dia do exercício social</i>	1,41		
<i>Valor justo do total das opções no último dia do exercício</i>	<b>8.460</b>		

	Conselho de Administração		
Nº de membros			
Opções ainda não exercíveis	Plano 10	Plano 11	Plano 12
<b>Quantidade</b>		<b>750.000</b>	<b>1.040.000</b>
<i>Data em que se tornarão exercíveis(a partir de)</i>		13/08/2017	12/05/2017
<i>Prazo máximo para exercício das opções</i>		13/08/2019	12/05/2020
<i>Prazo de restrição à transferência das ações</i>		(*)	(*)
<i>Preço médio ponderado de exercício</i>		7,31	4,68
<i>Valor justo das opções no último dia do exercício social</i>		1,41	1,41
<b>Opções exercíveis</b>			
<b>Quantidade</b>		<b>750.000</b>	<b>1.040.000</b>
<i>Prazo máximo para exercício das opções</i>		13/08/2019	12/05/2020
<i>Prazo de restrição à transferência das ações</i>		(*)	(*)
<i>Preço médio ponderado de exercício</i>		7,31	4,68
<i>Valor justo das opções no último dia do exercício social</i>		1,41	1,41
<i>Valor justo do total das opções no último dia do exercício</i>		1.057.500	1.466.400

(\*) Vide item 10.7 do "Plano de Opção de Compra de Ações" em anexo ao final deste documento no item 13.4.

Obs: As opções em aberto nos planos 7 e 8 não são de membros do conselho de administração ou diretoria estatutária.

### 13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

#### Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº de membros</b>	-	-
<b>Opções exercidas</b>	-	-
<i>Número de ações</i>	-	-
<i>Preço médio ponderado de exercício</i>	-	-
<i>Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas (*)</i>	-	-
<b>Ações entregues</b>		
<i>Número de ações entregues</i>	-	-
<i>Preço médio ponderado de aquisição</i>	-	-
<i>Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas</i>	-	-

(\*) Trata-se da quantidade de ações multiplicada pela diferença entre o preço de mercado e o preço de exercício na data de exercício, para o conjunto de beneficiários que exerceram.

#### Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2015

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº de membros</b>	-	-
<b>Opções exercidas</b>	-	-
<i>Número de ações</i>	-	-
<i>Preço médio ponderado de exercício</i>	-	-
<i>Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas (*)</i>	-	-
<b>Ações entregues</b>		
<i>Número de ações entregues</i>	-	-
<i>Preço médio ponderado de aquisição</i>	-	-
<i>Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas</i>	-	-

(\*) Trata-se da quantidade de ações multiplicada pela diferença entre o preço de mercado e o preço de exercício na data de exercício, para o conjunto de beneficiários que exerceram.

**13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções**

**Diretoria e Conselho de Administração**

	<b>Plano 10</b>	<b>Plano 11</b>	<b>Plano 12</b>
(a) Modelo de precificação	Black&Scholes		
(b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação			
Preço das Ações ao final de 2016		1,41	
Preço das Ações na Outorga	5,47	5,70	3,86
Preço de Exercício Corrigido em 31/12/2016	7,53	7,31	4,68
Volatilidade (até 31/12/2016)		82,38%	
Volatilidade na data de outorga	54,63%	38,63%	37,09%
Prazo de vida da opção atual (média anos)	2,3	3,6	4,4
Prazo de vida da opção na outorga (média anos)	6,0	6,0	6,0
Taxa de Juros livre de risco atual		11,39%	
Taxa de Juros livre de risco na data da outorga	4,68%	4,96%	5,90%
(c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado	N/A	N/A	N/A
(d) Forma de determinação da volatilidade esperada	Desvio Padrão da Variação Diária		
(e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo	N/A	N/A	N/A

**13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão**

Em 31/12/2016

<b>Grupo</b>	<b>Número de Ações</b>	<b>Percentual (%)</b>
Controle	525.661.247	100,00%
Conselho de Administração	1.953.247	0,37%
Conselho Fiscal	-	-
Diretoria	80.000	0,02%

### **13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários**

Não há.

**13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal****Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
<b>Nº de membros</b>	3,42	3,83	2,75	6,67	6,33	7,00	3,00	3,00	3,00
<b>Nº de membros remunerados</b>	3,42	3,83	2,75	6,67	6,33	7,00	3,00	3,00	3,00
<b>Valor da maior remuneração(Reais)</b>	1.730.264,77	2.486.678,46	3.830.548,70	1.251.456,13	1.170.974,19	773.487,40	132.000,00	120.000,00	96.000,00
<b>Valor da menor remuneração(Reais)</b>	560.842,80	615.986,55	209.279,51	10.000,00	10.000,00	40.000,00	132.000,00	120.000,00	96.000,00
<b>Valor médio da remuneração(Reais)</b>	1.568.346,98	1.821.511,72	2.233.421,28	222.218,42	218.048,56	144.783,91	132.000,00	120.000,00	96.000,00

**Observação**

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

**13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria**

Não há.

**13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores**

<b>Membros</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Diretores	4,97%	-	-
Conselho Administração	76,32%	84,79%	84,47%
Conselho Fiscal	-	-	-

**13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam**

<b>Membros</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Diretoria	-	-	-
Conselho Administração	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-

**13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor**

<b>Exercício Social 2016</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

<b>Exercício Social 2015</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

<b>Exercício Social 2014</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

### **13.16 - Outras informações relevantes**

Não há.